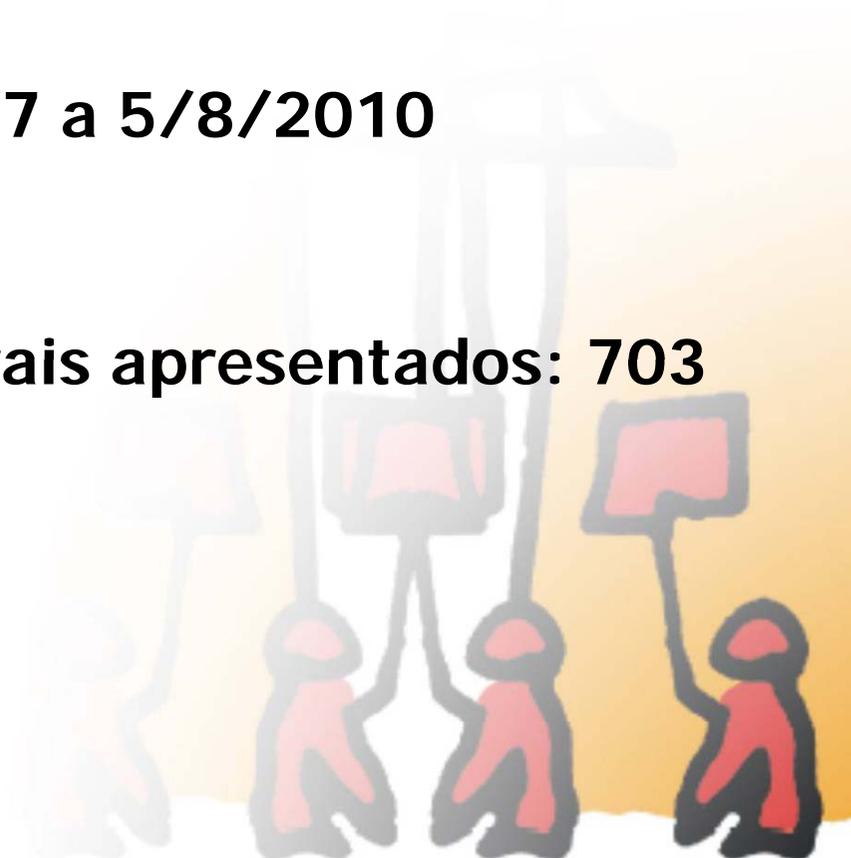




AGENDA POLÍTICA DO XIII CBAS

Brasília, 31/7 a 5/8/2010

Total de trabalhos orais apresentados: 703





Sessão Temática:

Crise do capital, Estado e Democracia

Assessores/as Temáticos/as:

Ivete Simionatto

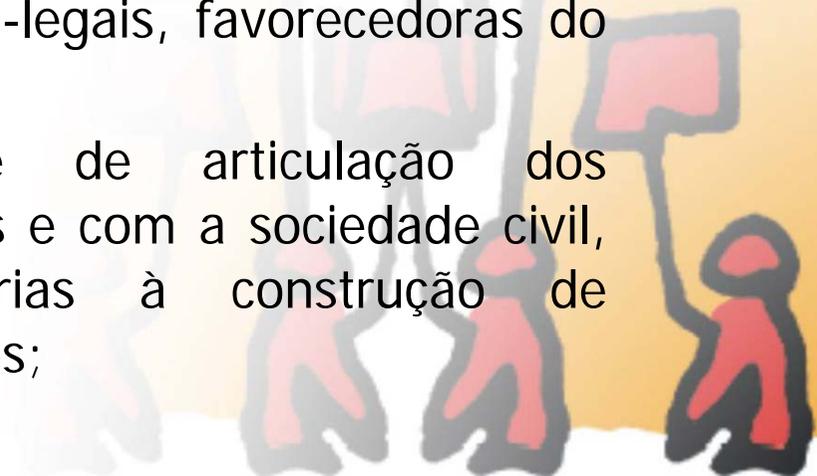
Trabalhos apresentados: 35

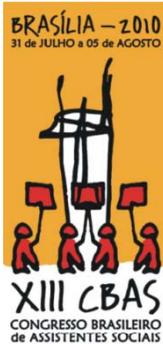




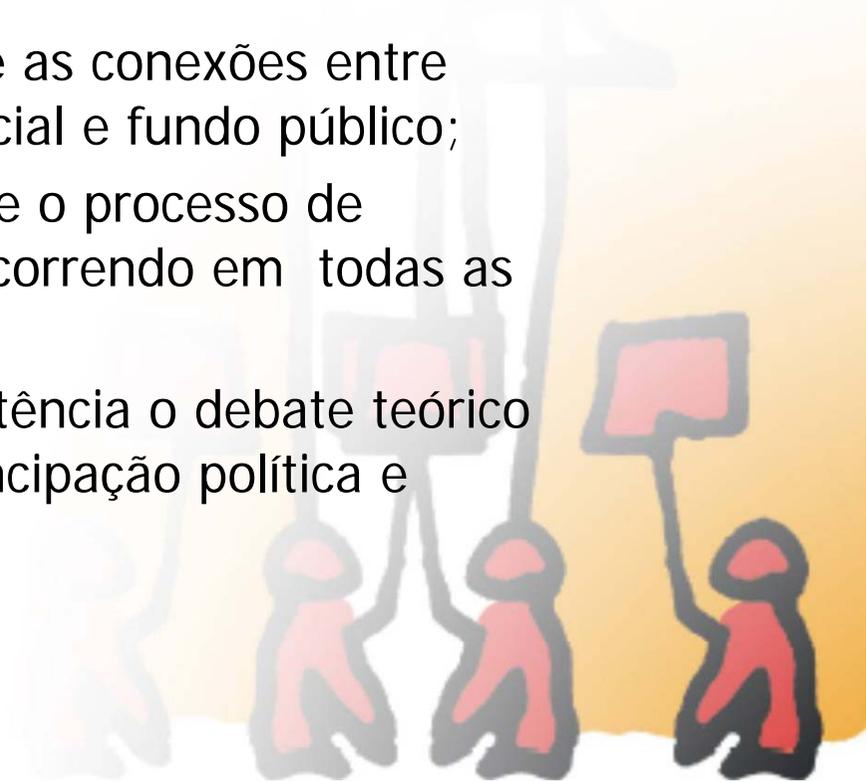
Agenda:

- Defender a presença forte do Estado na área social, com vistas a ampliação dos direitos sociais e das políticas públicas universais;
- Lutar para a realização de concursos públicos em todas as áreas e por regras mais transparentes no serviço público;
- Atentar para as medidas infra-constitucionais que vêm sendo utilizadas para o desmonte das políticas sociais;
- Defender uma nova organização da burocracia estatal para se contrapor à administração gerencial, produto da contra-reforma do Estado, no sentido de implementar regras racionais-legais, favorecedoras do acesso aos direitos sociais;
- Fortalecer a capacidade de articulação dos profissionais com os usuários e com a sociedade civil, como mediações necessárias à construção de processos contra-hegemônicos;





- Fortalecer e ampliar os espaços de participação e de controle social no âmbito das políticas sociais e lutar pela participação nos fóruns da política econômica;
- Aprofundar o debate sobre as concepções de direitos e de políticas sociais que perpassam o exercício profissional e de que forma são repassadas aos usuários;
- Incrementar o debate sobre as conexões entre economia política, política social e fundo público;
- Ampliar as discussões sobre o processo de assistencialização que vem ocorrendo em todas as políticas sociais;
- Enfrentar com maior consistência o debate teórico sobre as relações entre emancipação política e emancipação humana.





Sessão Temática:

Direitos da Infância, Adolescência, Juventude e Velhice

Assessora Temática:

Maria Elizabeth Borges

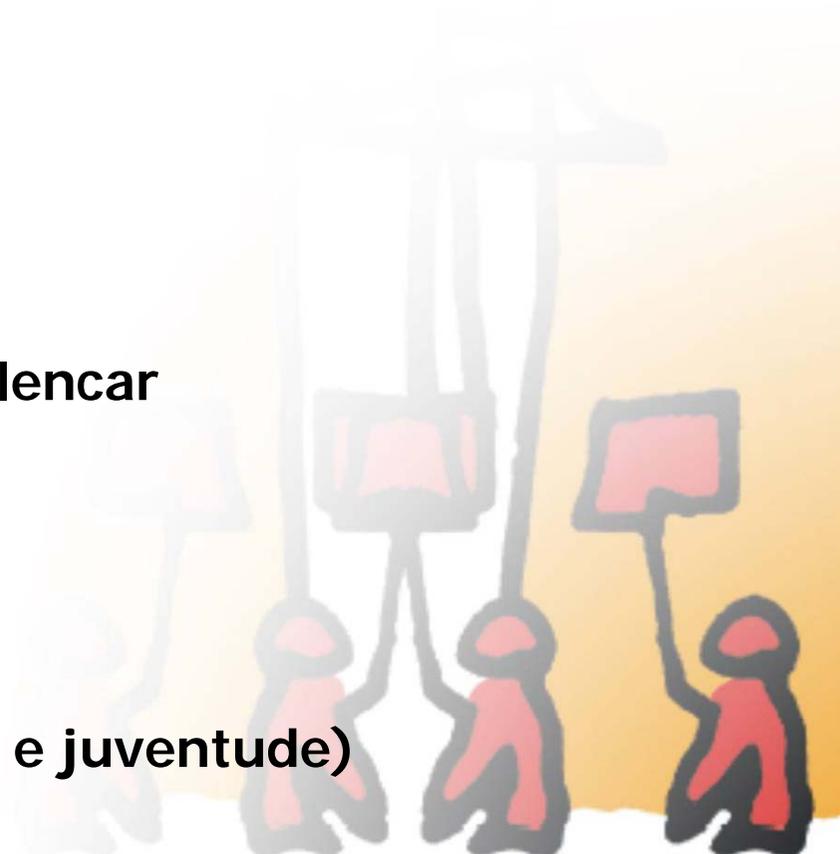
Mione Apolinário Sales

Mônica Maria Torres de Alencar

Trabalhos apresentados:

13 (velhice)

54 (infância adolescência e juventude)





Agenda (Velhice):

1) Proposição de estudos, pesquisas e dados sobre a velhice no Brasil, superando a perspectiva gerontológica quanto às análises do envelhecimento no tempo do trabalhador.

▪ **Estratégias:**

-incorporação desses conteúdos nos componentes curriculares obrigatórios na graduação, inclusive correlacionando com as categorias gênero, geração, raça/etnia;

-sensibilização de docentes e discentes para as demandas desse segmento populacional em atividades extensionistas;

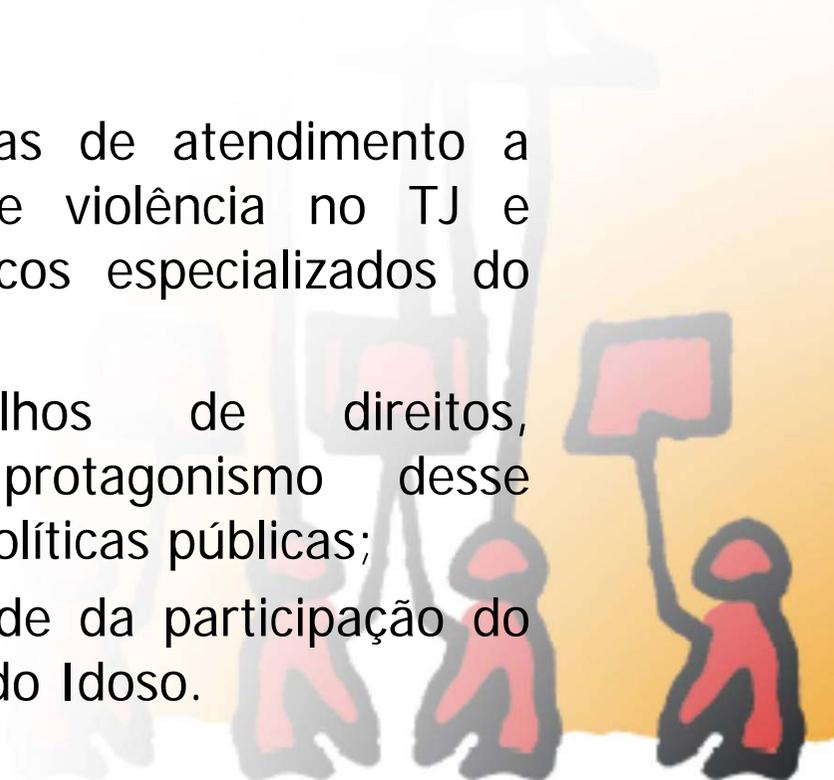
-ampliação de mecanismos de divulgação e socialização de informações e análises sobre a temática, trabalhados em pesquisas e estudos pós graduados.



2) Compromisso com intervenções práticas e políticas no campo das políticas de Assistência Social, Saúde, Previdência Social, de modo a problematizar a definição de orçamentos, ampliação e qualificação dos serviços e consolidação de direitos da pessoa idosa.

▪Estratégias:

- defesa de criação das varas de atendimento a idosos (as) em situação de violência no TJ e ampliação de quadros técnicos especializados do Judiciário e Ministério Público;
- participação em conselhos de direitos, incentivando, ainda, o protagonismo desse segmento nos conselhos de políticas públicas;
- maior densidade e visibilidade da participação do CFESS no Conselho Nacional do Idoso.

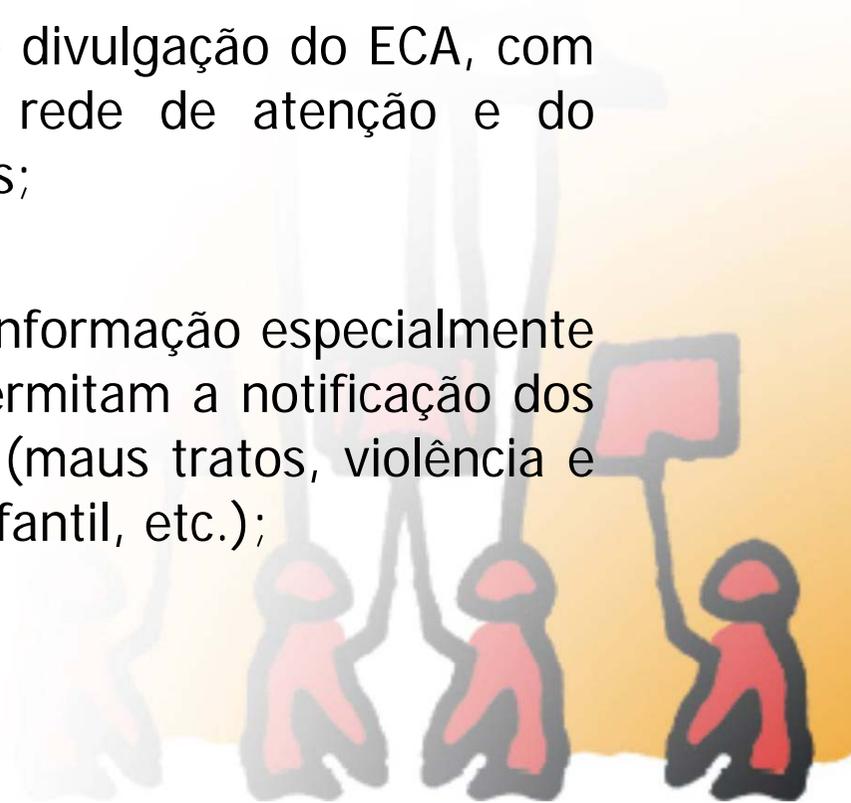




Agenda (Infância, Adolescência e Juventude):

1. Compromisso com a defesa intransigente dos direitos de crianças e adolescentes

- Defesa das políticas públicas como principal instrumento de garantia da cidadania infanto-juvenil;
- Apoio às diversas formas de divulgação do ECA, com vistas ao fortalecimento da rede de atenção e do sistema de garantia de direitos;
- Estruturação dos fluxos de informação especialmente nos serviços de saúde que permitam a notificação dos casos de violação de direitos (maus tratos, violência e exploração sexual, trabalho infantil, etc.);





-Garantia da alimentação permanente dos dados do SIPIA no âmbito dos conselhos tutelares, como estratégia geradora de informações vitais ao funcionamento e atualização do sistema de garantia de direitos.

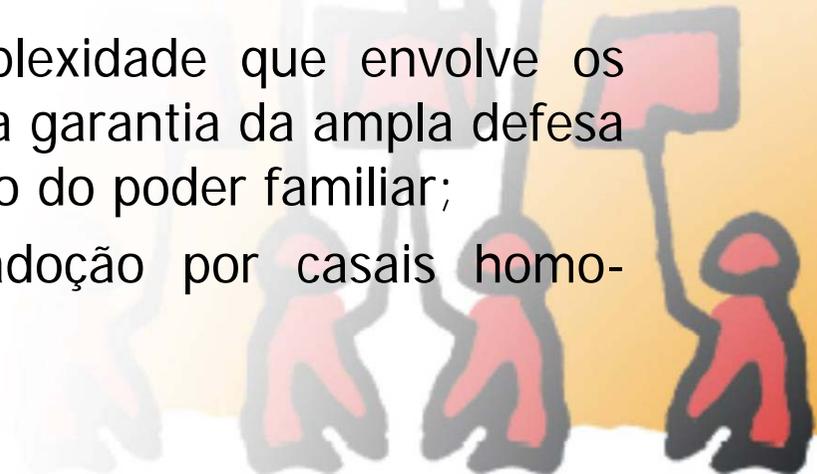
2. Investimento na realização de estudos, pesquisas, produção de indicadores sociais e mensuração do alcance das políticas sociais





3. Reconhecimento do papel e das necessidades sociais da família no processo de garantia dos direitos das crianças e adolescentes

- Mobilização de esforços para a garantia da convivência familiar e comunitária nos termos da lei 12.010/2009;
- Defesa do caráter excepcional e provisório da condição de abrigo;
- Apoio à construção de estratégias capacitadoras/sensibilização em relação à educação dos filhos;
 - Atenção para a complexidade que envolve os processos de adoção, com a garantia da ampla defesa nos processos de destituição do poder familiar;
- Defesa do direito de adoção por casais homoafetivos;

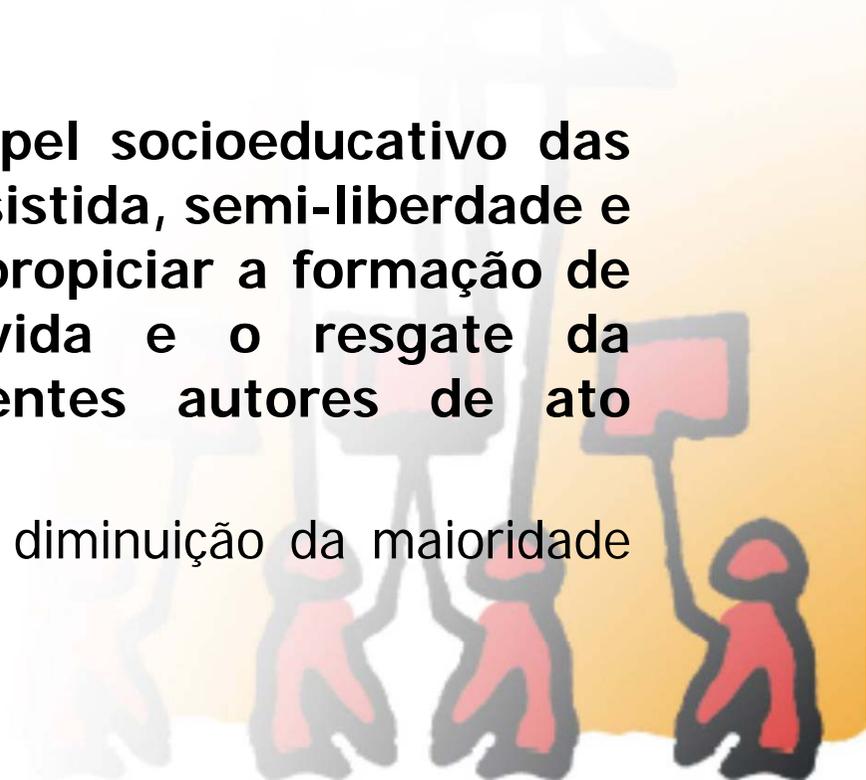




- Informação e formação dos assistentes sociais sobre a temática socio-jurídica emergente da "alienação parental", como violação dos direitos da criança e adolescente;
- Questionamento à lógica familista de transferência de responsabilidades do poder público para o núcleo familiar.

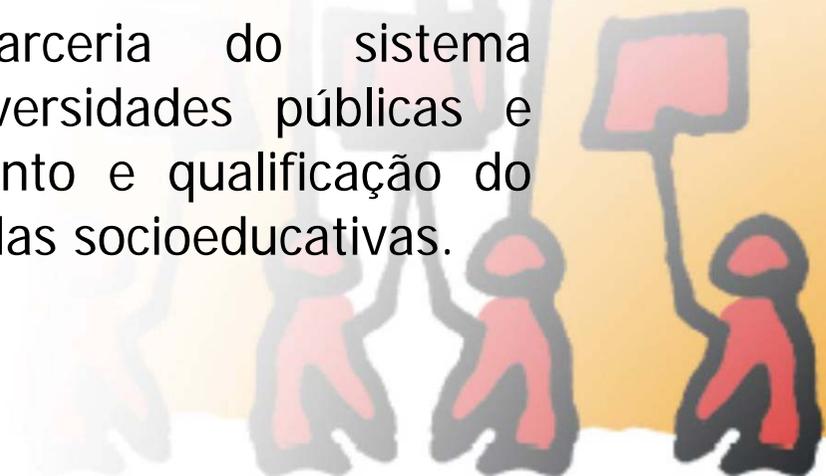
4. Fortalecimento do papel socioeducativo das medidas de liberdade assistida, semi-liberdade e internação, de forma a propiciar a formação de valores, projetos de vida e o resgate da cidadania dos adolescentes autores de ato infracional

- Posicionamento contra a diminuição da maioria penal;





- Investimento na desconstrução do modelo "correcional-penal", com atenção para a falta de clareza do texto e discricionariedade na execução da medida de internação, com margem para o recorte punitivo em detrimento do socioeducativo;
 - Garantia da realização do Projeto Pedagógico e do Plano Individual de Atendimento para os adolescentes em medida socioeducativa;
 - Compromisso com um acompanhamento técnico qualificado para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas;
 - Apoio à articulação/parceria do sistema socioeducativo com as universidades públicas e privadas, para o fortalecimento e qualificação do caráter pedagógico das medidas socioeducativas.





5. Compromisso com a formação permanente do conjunto de atores vinculados ao Sistema de Garantia de Direitos, a fim de propiciar intervenções qualificadas nos processos de elaboração, monitoramento e controle social das políticas sociais e do orçamento público

-Promoção da intersetorialidade das políticas sociais e interdisciplinaridade nas práticas profissionais no campo das ações voltadas para as crianças e adolescentes;

Reafirmação da importância da atuação dos conselhos de direitos no acompanhamento e execução da lei de diretrizes orçamentárias e do Plano Plurianual;





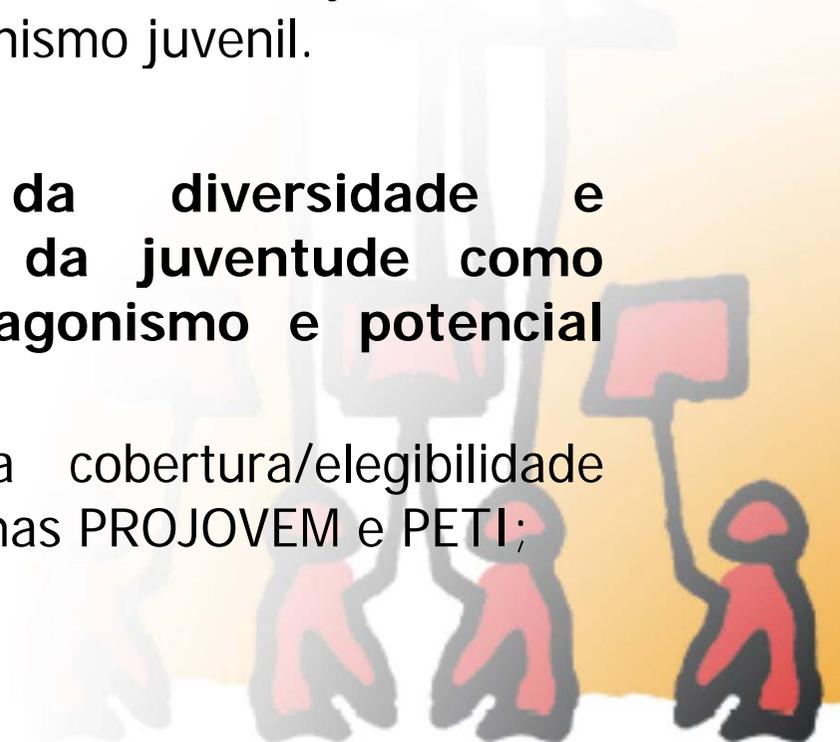
-Agilização dos processos de apuração de denúncias no âmbito dos conselhos tutelares e combate à tendência a culpabilizar as famílias pelas expressões da questão social;

-Monitoramento das entidades do 3º setor, com vistas a superação de fragilidade no cumprimento ECA;

- Investimento em estratégias de construção de uma cultura da paz, com protagonismo juvenil.

6. Reconhecimento da diversidade e transversalidade social da juventude como sujeito de grande protagonismo e potencial político

- Apoio à ampliação da cobertura/elegibilidade socioeconômica dos programas PROJOVEM e PETI;





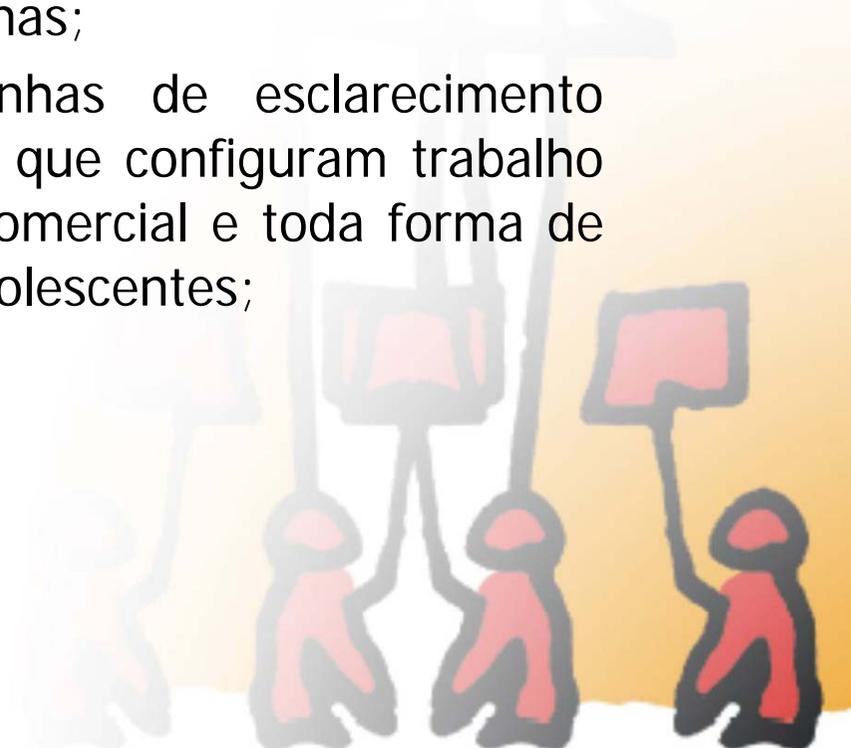
- Qualificação profissional efetiva dos jovens aprendizes, com atenção a posterior, inserção socio-ocupacional;
- Investimento em estratégias de construção de uma cultura de paz, com protagonismo juvenil.





7. Lutas, campanhas e parcerias de enfrentamento à questão social e às violações de direitos

- Ações intersetoriais permanentes de controle e desvelamento dos setores econômicos que compõem a cadeia produtiva do turismo e exploração sexual comercial de meninos e meninas;
- Intensificação de campanhas de esclarecimento quanto às diversas situações que configuram trabalho precoce, exploração sexual comercial e toda forma de violência contra crianças e adolescentes;

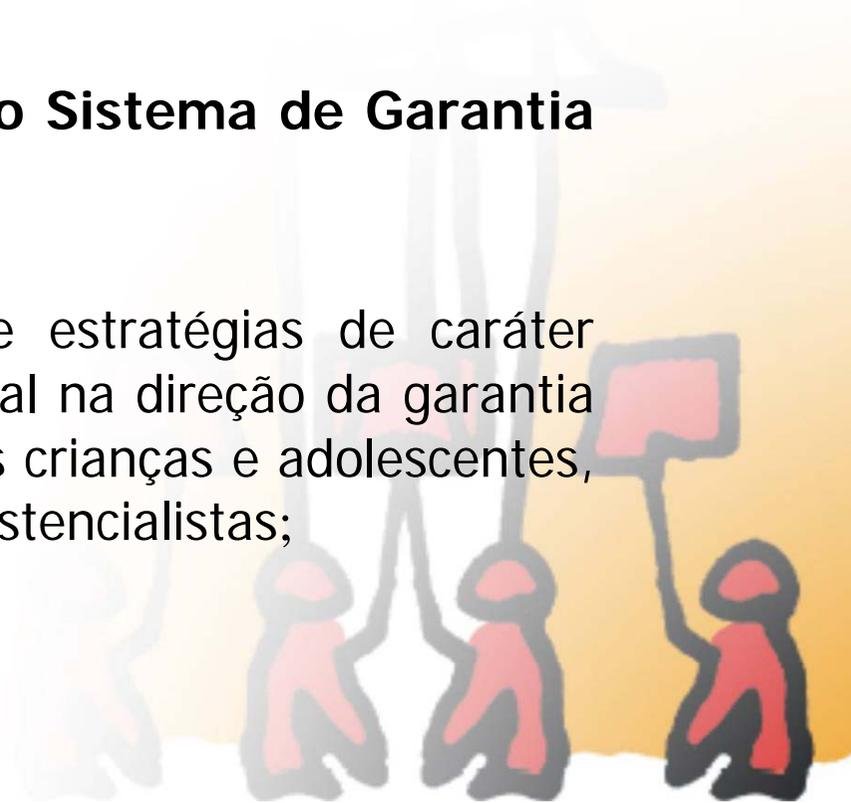




- Promoção de ações inter-setoriais para a erradicação do trabalho infantil;
- Reconhecimento dos Pontos de Cultura como espaços sociais criativos de apoio à luta contra a exploração sexual comercial e demais violações dos direitos de crianças e adolescentes.

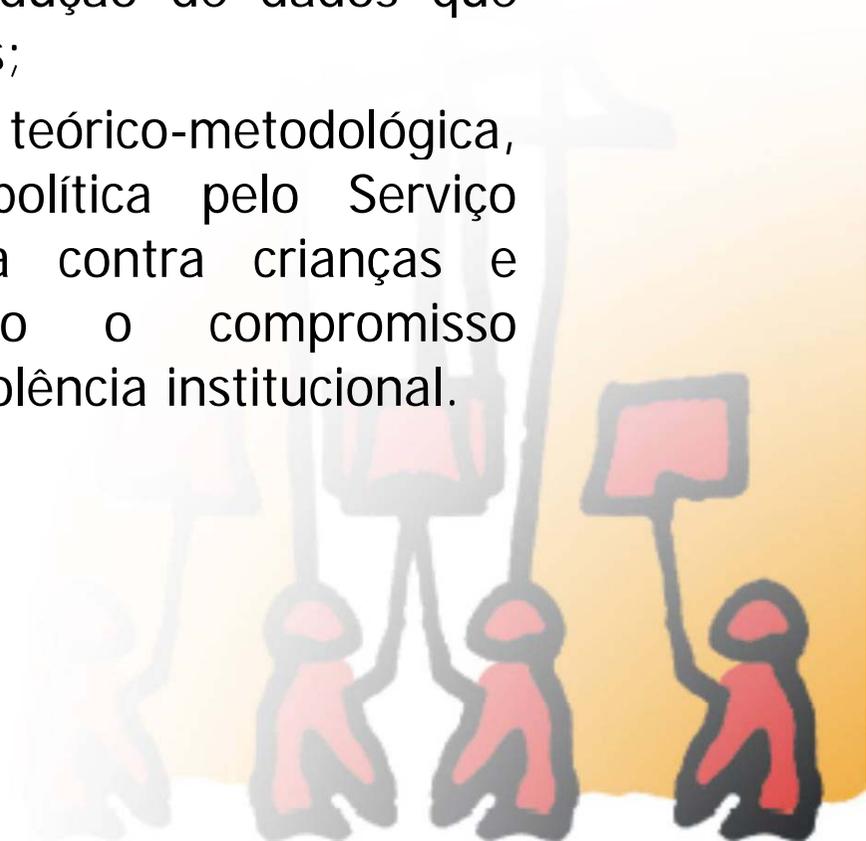
8. Exercício Profissional no Sistema de Garantia de Direitos

- Fortalecimento de ações e estratégias de caráter preventivo e de proteção social na direção da garantia dos direitos universais para as crianças e adolescentes, e ruptura com as práticas assistencialistas;





- Reafirmação da importância do papel do Serviço Social na assessoria aos conselhos tutelares;
- Atenção para a importância dos registros profissionais, quanto à produção de dados que subsidiem as políticas sociais;
- Compreensão histórica, teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política pelo Serviço Social sobre a violência contra crianças e adolescentes, consolidando o compromisso profissional de combate à violência institucional.



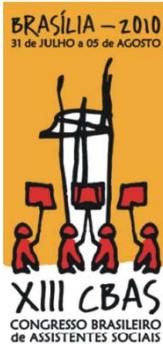


Sessão Temática:
Educação, Cultura e Comunicação

Assessoras Temáticas:
Erlênia Sobral do Vale
Kênia Augusta Figueiredo

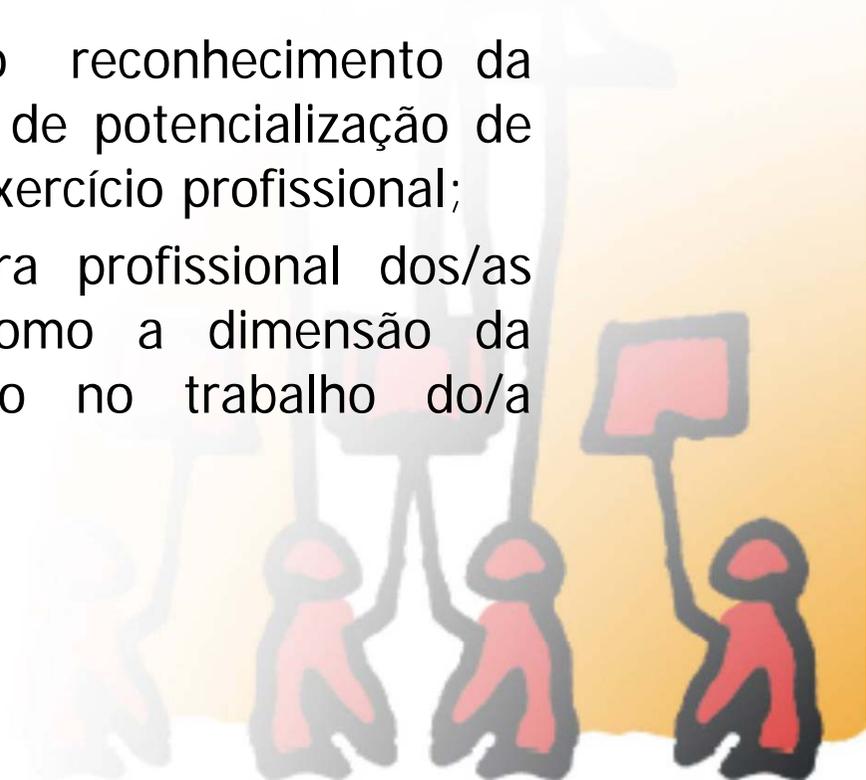
Trabalhos apresentados: 42





Agenda:

- Incluir na formação profissional do/a assistente social os temas cultura, arte e comunicação, compreendendo-os a partir da instrumentalidade profissional e tendo por referência a teoria histórico crítica;
- Criar possibilidades para o reconhecimento da cultura como um elemento de potencialização de uma consciência crítica no exercício profissional;
- Aprofundar sobre a cultura profissional dos/as assistentes sociais bem como a dimensão da cultura e da comunicação no trabalho do/a assistente social;





- Fortalecer a luta contínua em defesa da democratização da comunicação;
- Criar estratégias para assegurar uma estrutura mínima de comunicação para o conjunto CFESS/CRESS, bem como a inserção deste nos meios de comunicação formal e alternativos;
- Realizar um mapeamento das condições do/a assistente social na Educação, e particular a quantidade de profissional x usuários;
- Fomentar debate sobre a atual política de assistência estudantil nas instituições de ensino superior, buscando uma interlocução crítica junto as instituições responsáveis pela Política Nacional de Assistência Estudantil;





- Articular o Seminário Nacional de Serviço Social na Educação pelo GT da Educação/CFESS, antecedido de seminários regionais em 2011 e fortalecer a criação de grupos de trabalho na educação por estado e região;
- Levantar algumas orientações e indicadores para o Serviço Social nos diferentes campos de atuação na Educação e incentivar concursos públicos para o/a assistente social na área;
- Efetuar um levantamento nacional da produção sobre cultura e comunicação já existente, bem como incentivar publicações na área de Serviço Social na Educação, Cultura e Comunicação.





Sessão Temática:

Espaços sócio-ocupacionais, relações e condições de trabalho do assistente social

Assessoras Temáticas:

Angela Santana do Amaral

Rosa Lúcia Prédes Trindade

Trabalhos apresentados: 62





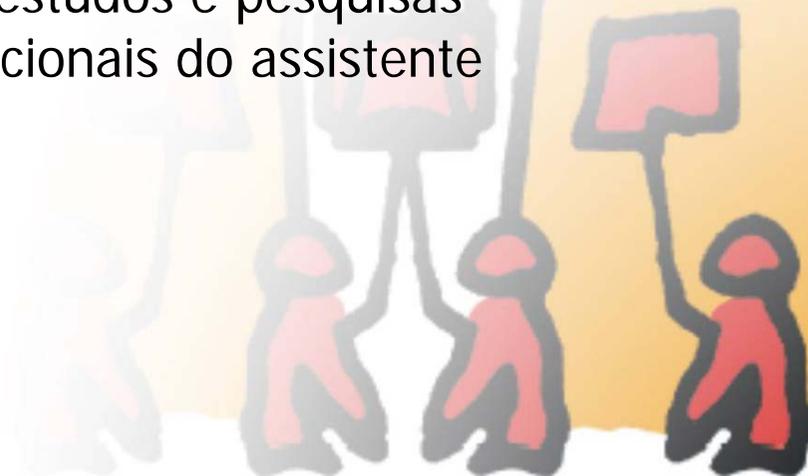
Agenda:

- Lutar pela defesa das condições de trabalho para o assistente social na perspectiva da garantia das condições éticas e técnicas e do reconhecimento do assistente social como trabalhador assalariado;
- Continuar a luta pela realização de concursos públicos nos diversos espaços sócio-ocupacionais;
- Incrementar a divulgação e discussão sobre os instrumentos legais da profissão com o objetivo de fortalecer as lutas cotidianas e de garantir a autonomia relativa da profissão;





- Pesquisar as condições de trabalho do assistente social em articulação com a configuração atual das políticas e serviços sociais e com a cultura política local;
- Realizar estudos e pesquisas sobre a saúde do trabalhador assistente social;
- Discutir e realizar seminários sobre a intervenção dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais, a exemplo das instituições militares, educacionais, empresariais, de saúde mental, assentamentos rurais;
- Sistematizar e publicizar os estudos e pesquisas sobre os espaços sócio-ocupacionais do assistente social;





- Fortalecer a luta pela garantia das atribuições dos assistentes sociais no INSS;
- Lutar pela melhoria das condições de trabalho nos serviços assistenciais inseridos no Sistema Único de Assistência Social;
- Problematizar a centralidade da assistência social presente nas demandas institucionais, na perspectiva de afirmar a articulação entre as políticas sociais e a materialização do projeto ético-político profissional.





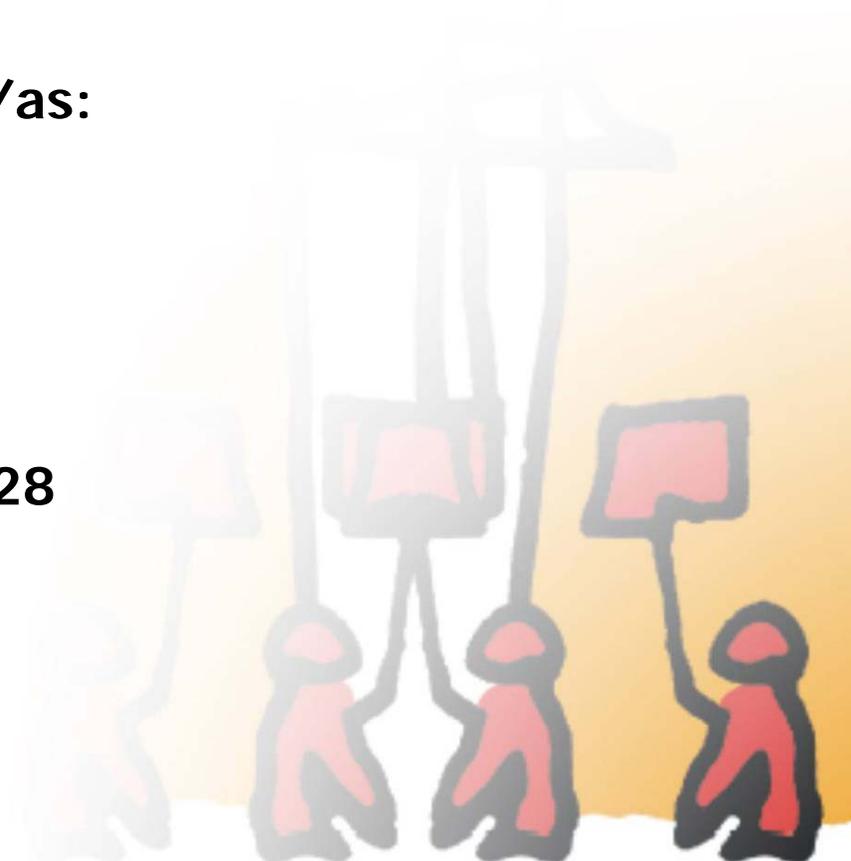
Sessão Temática:

Ética e Direitos Humanos

Assessores/as Temáticos/as:

Maria Lucia Barroco

Trabalhos apresentados: 28

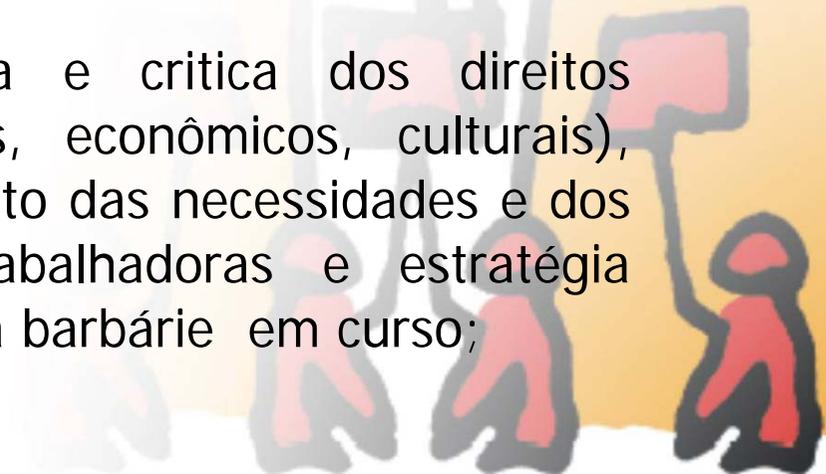




Agenda:

Afirmação

- da ontologia social de Marx como suporte para a compreensão da centralidade do trabalho na constituição das objetivações ético-morais e na configuração dos direitos humanos na sociedade capitalistas;
- dos princípios e valores éticos emancipatórios inscritos no Código de Ética e das estratégias políticas para a sua viabilização no trabalho profissional cotidiano;
- da abordagem histórica e crítica dos direitos humanos (sociais, políticos, econômicos, culturais), entendidos como atendimento das necessidades e dos interesses das classes trabalhadoras e estratégia política de enfrentamento da barbárie em curso;

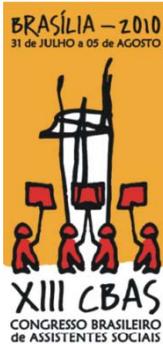




Defesa

- dos direitos reprodutivos das mulheres; da descriminalização e legalização do aborto;
- dos direitos dos sujeitos com transtornos mentais, da luta anti manicomial;
- dos direitos dos deficientes, idosos, adolescentes, presos e de todos os sujeitos discriminados por sua condição social, cultural, de classe, gênero, idade, religiosa, orientação sexual, raça-etnia.
- dos direitos do acesso à literatura e às artes em geral como direitos humanos.





Encaminhamentos

- Desenvolver cursos e atividades de capacitação profissional em Direitos Humanos, visando o debate crítico das diferentes concepções existentes e a superação das visões liberais e humanistas abstratas;
- Ampliar o debate da Bioética no Serviço Social, apoiado nos fundamentos da ética profissional;
- Difundir o conhecimento de referenciais teórico-metodológicos e técnico-operativos críticos que possam contribuir para democratizar a intervenção profissional nos espaços institucionais, a exemplo dos suportes analíticos oferecidos pela criminologia crítica.





Sessão Temática:

Família e Relações Sociais

Assessores/as Temáticos/as:

Regina Célia Tamaso Mioto

Trabalhos apresentados: 25





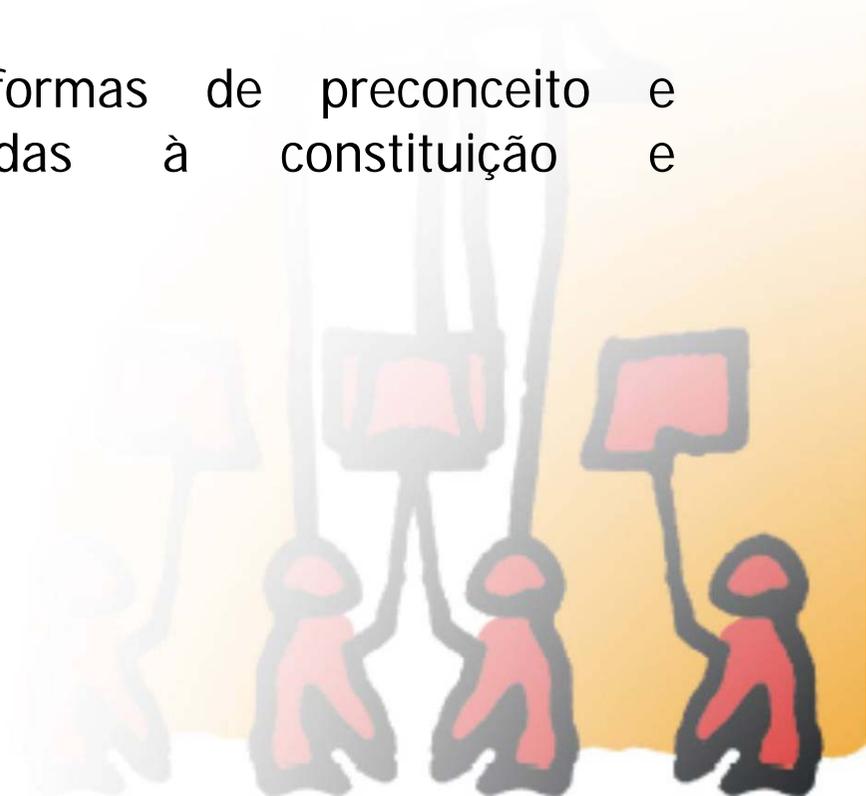
Agenda:

- Fortalecer a produção do conhecimento no campo da família e relações sociais com o objetivo de qualificar a intervenção profissional dos assistentes sociais na perspectiva do projeto ético político;
- Qualificar o trabalho social com famílias visando fortalecer a especificidade do Serviço Social em equipes multiprofissionais;
- Ampliar o debate sobre família e relações sociais visando desconstruir a associação entre desigualdade social e configurações familiares;
- Desmistificar os diferentes processos de responsabilização das famílias pela proteção social de seus membros, presentes no conjunto das políticas sociais;





- Aprofundar o debate sobre a desigualdade de gênero que se reproduz na família, especialmente através do NÃO RECONHECIMENTO do trabalho reprodutivo;
- Defender a universalidade dos Direitos Sociais como condição fundamental para a efetiva proteção social das famílias;
- Combater todas as formas de preconceito e discriminação relacionadas à constituição e configuração das famílias.





Sessão Temática:

Justiça, Violência, Segurança Pública

Assessor Temático:

Eugênia Célia Raizer

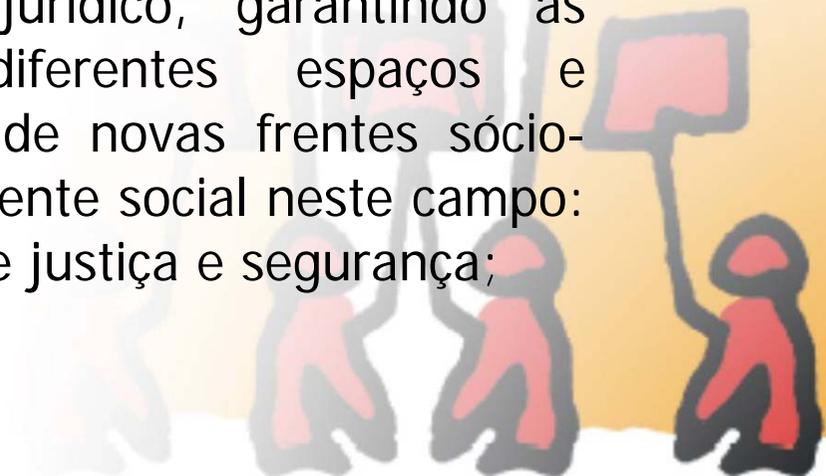
Trabalhos apresentados: 28





Agenda:

- Reafirmar o compromisso ético político-profissional de resistência à ofensiva neoliberal, reconhecendo nas relações capitalistas os impactos perversos na vida social, as diversas formas de violências, judicialização da questão social, em face dos processos de exploração e desigualdades que criminalizam a pobreza, estigmatizando principalmente a população negra, LGBT, mulheres e jovens;
- Ampliar o debate sobre o trabalho do assistente social no campo sócio-jurídico, garantindo as particularidades dos diferentes espaços e considerar o surgimento de novas frentes sócio-ocupacionais para o assistente social neste campo: (expansão nos sistemas de justiça e segurança;





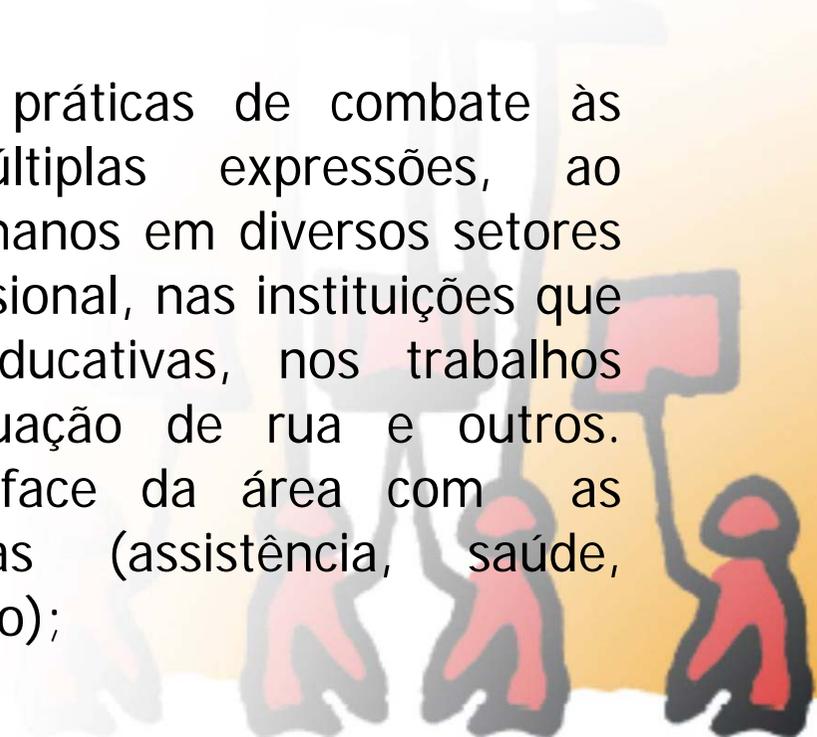
medidas sócio-educativas; movimentos e organizações de defesa dos direitos humanos entre outros). Incentivar a divulgação de experiências do trabalho do assistente social neste campo. Realizar o III Encontro Nacional de Serviço Social no campo sócio-jurídico, precedido de um amplo processo preparatório;

- Articular o debate sobre os instrumentos de trabalho dos assistentes sociais no campo sócio-jurídico às três dimensões do fazer profissional: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa;



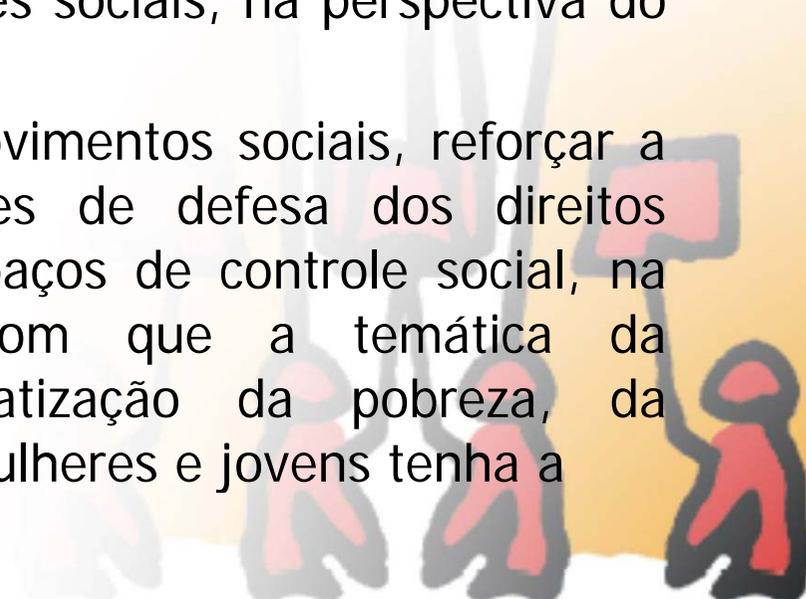


- Defender a capacitação continuada dos profissionais que atuam neste campo; fomentar disciplinas e/ou atividades acadêmicas nos processos de formação do assistente social; estimulando a apropriação das teorias da criminologia crítica ;
- Aprofundar o debate e lutas sobre a descriminalização/legalização das drogas, na defesa da política pública de saúde. Reforçar o debate sobre a extinção da multa penal;
- Implementar estratégias práticas de combate às violências em suas múltiplas expressões, ao desrespeito aos direitos humanos em diversos setores da realidade: no sistema prisional, nas instituições que executam medidas sócio-educativas, nos trabalhos com a população em situação de rua e outros. Também, estabelecer interface da área com as diversas políticas públicas (assistência, saúde, educação, trabalho, habitação);





- Reforçar as lutas por concursos públicos para assistentes sociais, denunciando a precarização do trabalho revelada nas suas diversas formas. Fazer gestões e denunciar ao Conselho Nacional de Justiça, ao Ministério Público e aos CRESS as situações de exercício ilegal da profissão;
- Implementar debates e fazer gestões junto ao Congresso Nacional para revisão na Lei de Execução Penal quanto às competências e atribuições profissionais dos assistentes sociais, na perspectiva do projeto ético-político;
- Fortalecer os fóruns, movimentos sociais, reforçar a participação das entidades de defesa dos direitos humanos e de outros espaços de controle social, na perspectiva de fazer com que a temática da criminalização e estigmatização da pobreza, da população negra, LGBT, mulheres e jovens tenha a





visibilidade necessária para tornar possível a construção de uma rede de sustentação ética e cidadã ao enfrentamento da barbárie;

- Reconhecer a existência formal e a negação no real do sistema de garantia de direitos (Ministério Público, Varas da Infância, Família, Conselhos Tutelares, Defensoria Pública, etc...). Conhecer, criticar e utilizar os instrumentos normativos existentes para dar respaldo as ações, na efetivação dos direitos: CF; ECA; SINASE; LEP; PNDH 3; PRONASCI, etc...





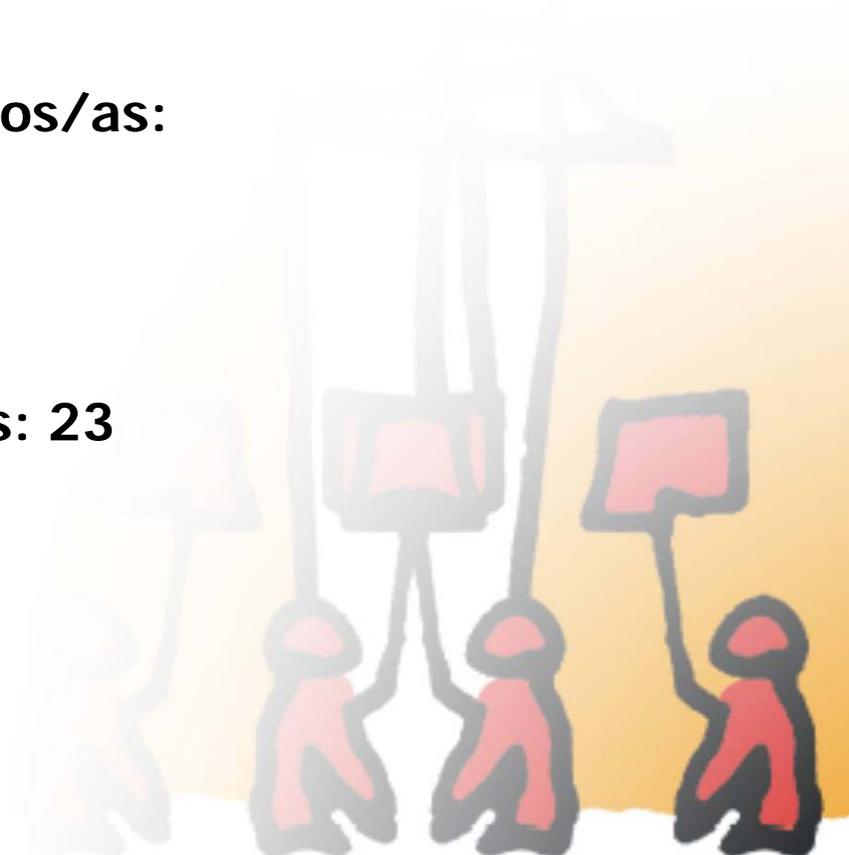
Sessão Temática :

Movimentos e Lutas Sociais e a Organização Política da Classe Trabalhadora

Assessores/ as Temáticos/as:

Franci Gomes Cardoso

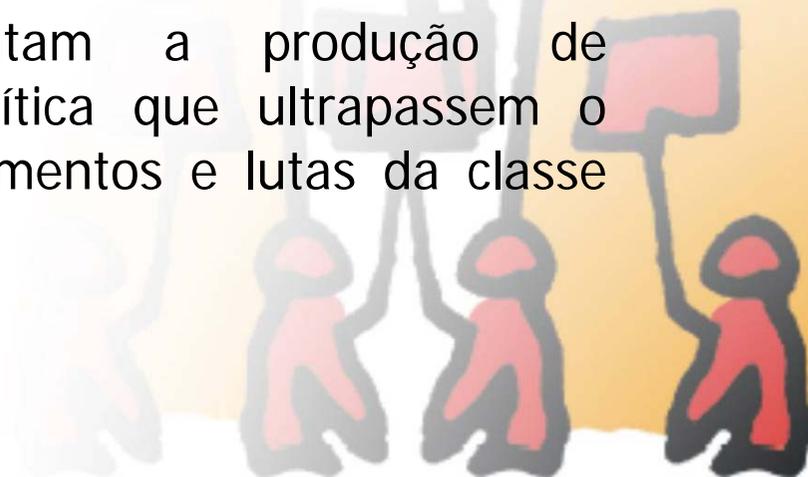
Trabalhos apresentados: 23





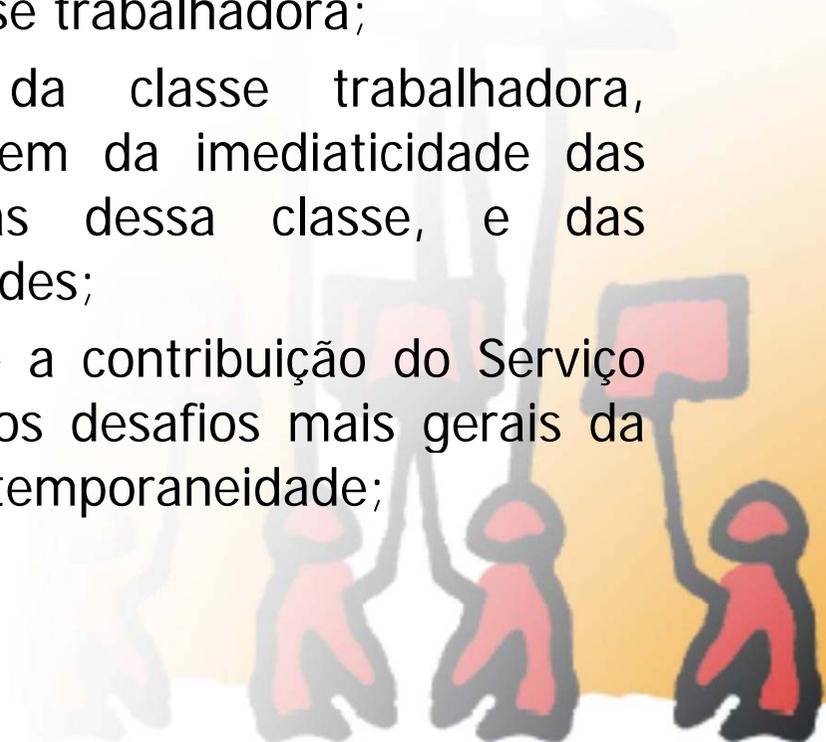
AGENDA:

- Fortalecer a produção teórica sobre os movimentos e lutas sociais e a organização política da classe trabalhadora;
- Fomentar pesquisas históricas e publicações sobre as organizações da classe trabalhadora e as formas de inserção do Assistente Social nessas organizações;
- Fortalecer a perspectiva classista de oposição ao capital, como horizonte político dos movimentos e lutas sociais da classe trabalhadora;
- Fortalecer o debate em torno de referências teórico-metodológicas que garantam a produção de conhecimento e prática política que ultrapassem o nível de descrição dos movimentos e lutas da classe trabalhadora;





- Contribuir para o debate crítico em torno de categorias analíticas, para clareza conceitual e ideopolítica dos pesquisadores, de modo a garantir o desvendamento da morfologia dos movimentos sociais e a radicalização das lutas da classe trabalhadora;
- Contribuir teórica e politicamente na construção da direção unificada dos movimentos e lutas sociais e de organização política da classe trabalhadora;
- Fortalecer as lutas da classe trabalhadora, favorecendo a ultrapassagem da imediatividade das necessidades e demandas dessa classe, e das respostas a essas necessidades;
- Estimular o debate sobre a contribuição do Serviço Social no enfrentamento aos desafios mais gerais da classe trabalhadora, na contemporaneidade;





- Fomentar o debate crítico sobre a organização sindical da categoria dos Assistentes Sociais, em face da necessidade de respostas aos desafios da precarização do trabalho, enfrentados pela classe trabalhadora e pelos Assistentes Sociais, em particular.





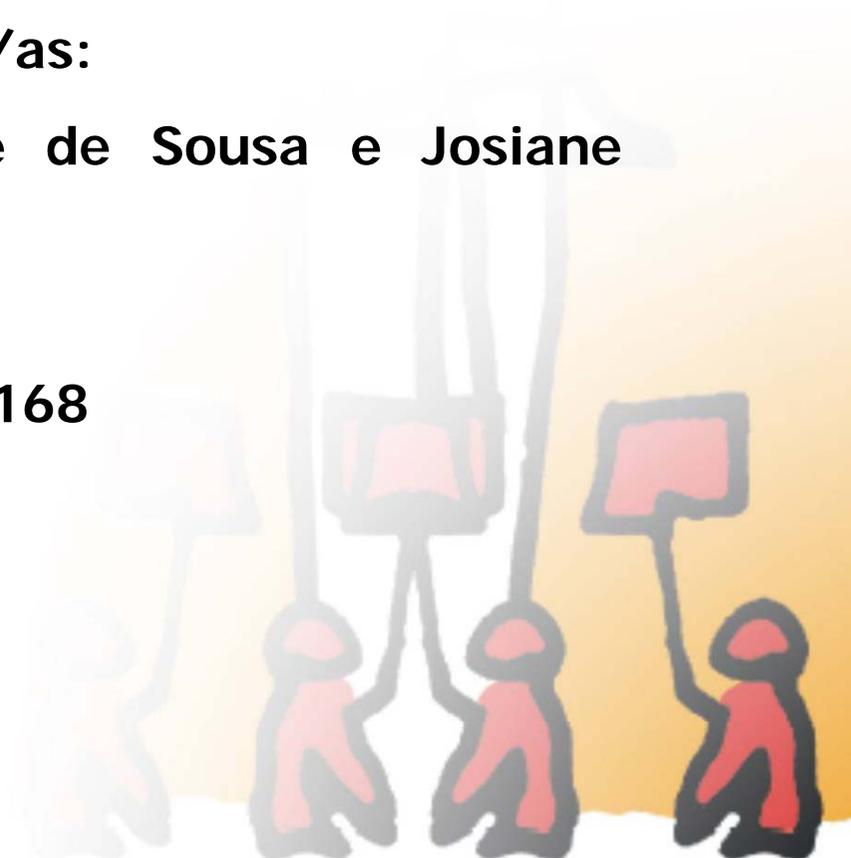
Sessão Temática:

Projeto Ético-político, Trabalho e Formação profissional

Assessores/as Temáticos/as:

Marcelo Braz, Adrianyce de Sousa e Josiane Soares Santos

Trabalhos apresentados: 168

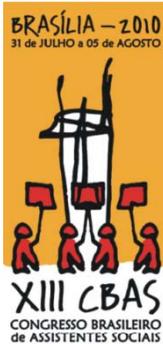




Agenda:

- Mapear e articular juntamente com a ABEPSS e ENESSO as pesquisas que veem sendo realizadas sobre as condições de oferta dos cursos de serviço Social no ensino à distância de modo a instrumentalizar os mecanismos de enfrentamento a esta modalidade de ensino;
- Fortalecer o debate sobre estágio estimulando a criação de Fóruns de supervisores nos estados investindo também na consolidação dos já existentes garantindo a permanente articulação entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo de estágio;



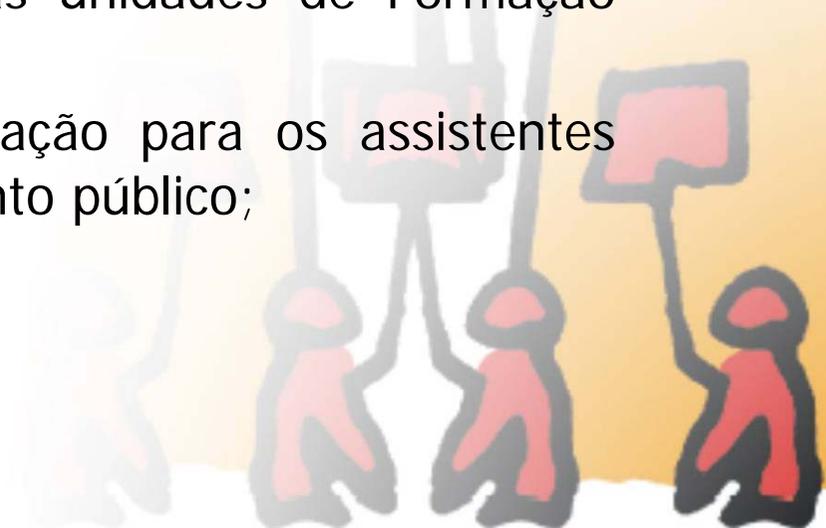


- Estimular a criação de coordenações de estágio nas unidades de formação acadêmicas conforme preconiza PNE;
- Acompanhar a situação de abertura de cursos de Serviço Social nas universidades públicas como forma de enfrentamento aos impactos do REUNI identificando as contradições de sua implementação no fortalecimento da luta pela expansão do ensino público, gratuito, laico e de qualidade;
- Acompanhar as expressões do neoconservadorismo no campo do trabalho e da formação profissional que se traduzem em elementos como a imprecisão conceitual de categorias centrais do projeto profissional tais como totalidade, mediação, "questão social" e trabalho na consolidação da imagem e auto-imagem do Serviço Social;



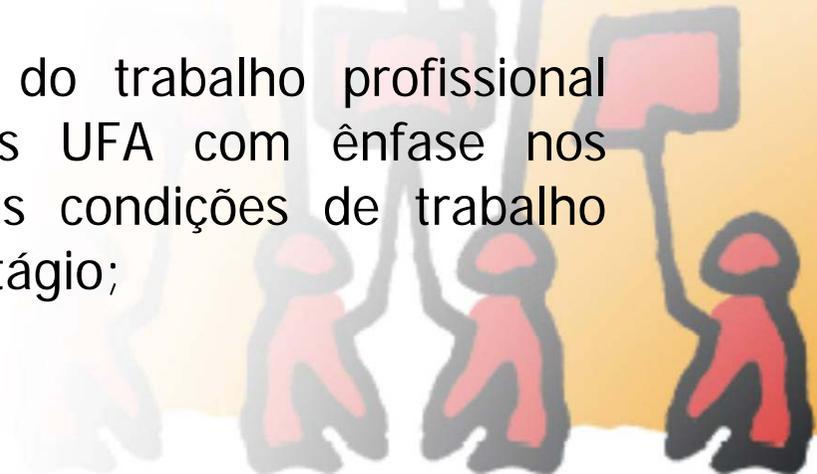


- Atualizar a avaliação da implementação das Diretrizes curriculares a partir das diversas pesquisas realizadas no âmbito das unidades de formação acadêmicas consolidando um banco de dados sobre o tema;
- Dar visibilidade aos estudos de assistentes sociais já existentes sobre as condições de trabalho, perfil profissional e perfil dos empregadores potencializando o levantamento da realidade profissional nos diversos campos de atuação por meio da realização de eventos sobre a temática promovidos pelos CRESS e pela ABEPSS em parceria com as unidades de Formação acadêmica;
- Propiciar espaços de formação para os assistentes sociais no campo do orçamento público;





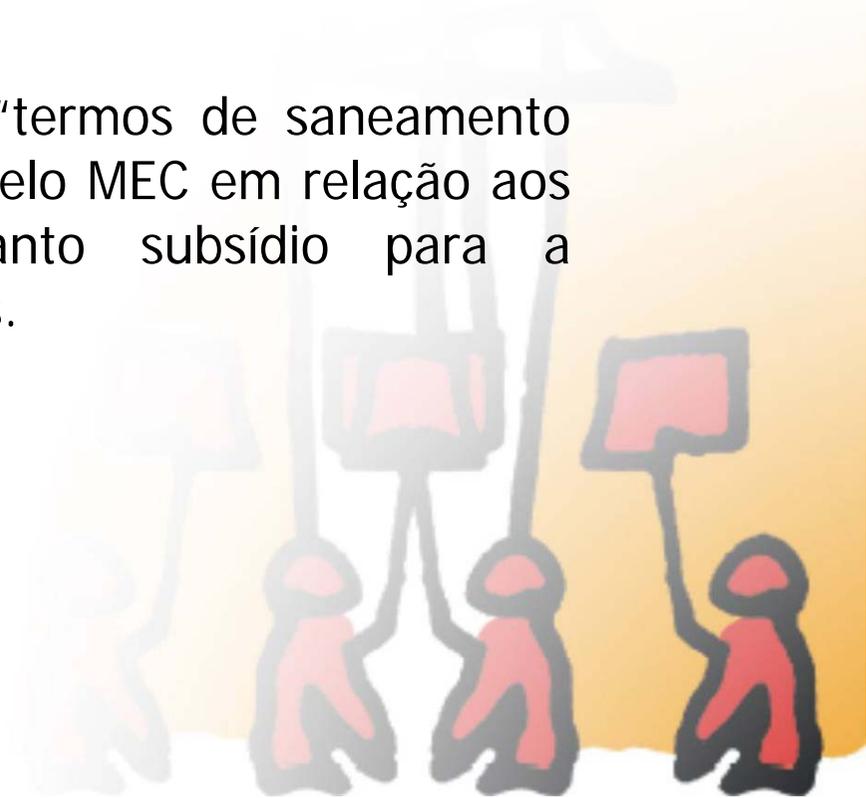
- Estimular a realização de estudos sobre as atividades profissionais desenvolvidas nos CRAS buscando conhecer as condições de trabalho e as relações com os princípios do projeto ético-político, além e potencializar a elaboração de estratégias de formação continuada desses profissionais;
- Criar, como prioridade no âmbito das estratégias do conjunto CFESS/CRESS, da ABEPSS e da ENESSO, amplos mecanismos de divulgação dos fundamentos, princípios e mediações do projeto ético-político em relação ao trabalho profissional voltados à massa da categoria;
- Intensificar a fiscalização do trabalho profissional relacionada à formação nas UFA com ênfase nos cursos EAD, observando as condições de trabalho docente e a supervisão de estágio;





Sugestões:

- Fortalecer a tendência apresentada no eixo de formação profissional da presença de temas como gênero, orientação sexual, etnia, meio ambiente na ótica do projeto ético-político na como transversais às disciplinas dos projetos pedagógicos;
- Fazer levantamento dos “termos de saneamento de deficiências” emitidos pelo MEC em relação aos cursos/pólos EAD enquanto subsídio para a fiscalização desses espaços.





Sessão Temática:

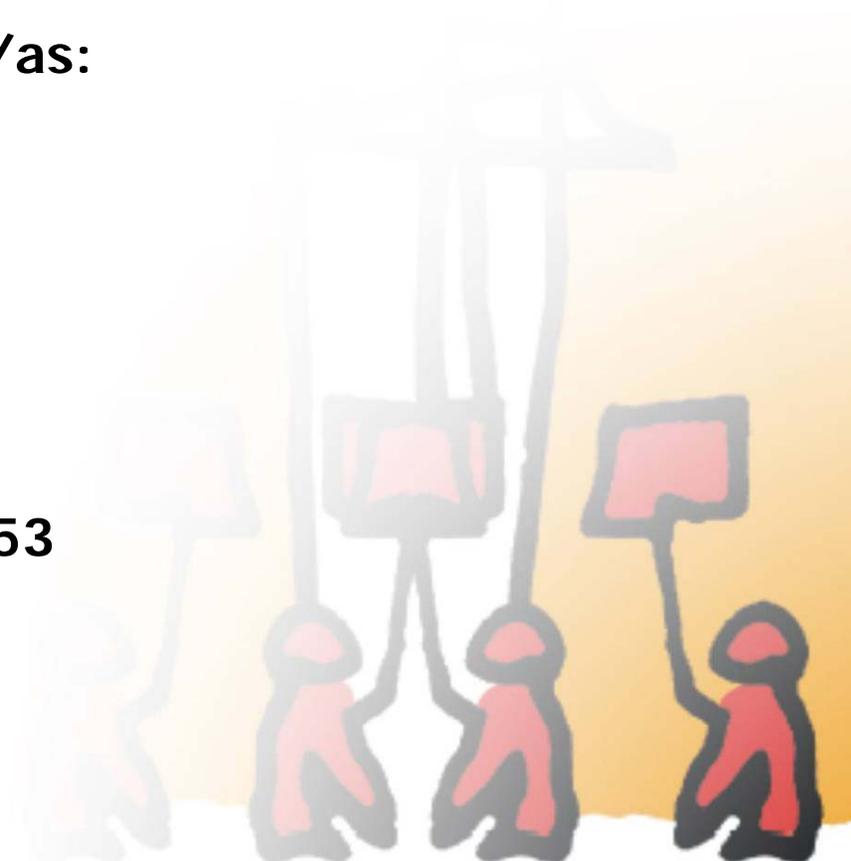
Questão Urbana, Agrária e Meio Ambiente

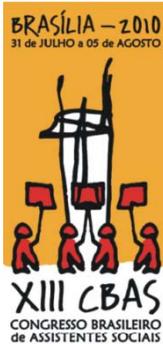
Assessores/as Temáticos/as:

Andréa Lima

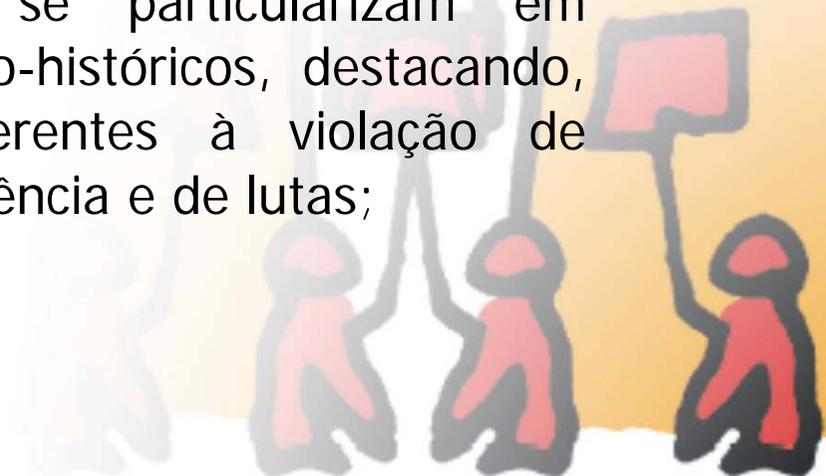
Eliana Costa Guerra

Trabalhos apresentados: 53





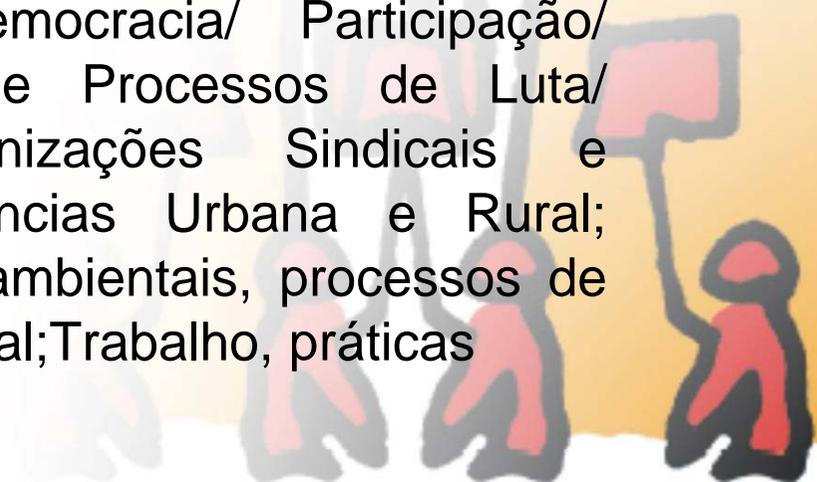
- Considerar a indissociável relação entre questão urbana, rural e meio ambiente, apreendida em seus aspectos contraditórios, condicionados historicamente pelo desenvolvimento das forças produtivas no âmbito da sociedade capitalista;
- Aprofundar o debate sobre as políticas públicas voltadas às múltiplas expressões da questão social no meio urbano, rural e com enfoque da questão ambiental em uma perspectiva teórico-metodológica de totalidade na análise da vida social para apreender as diversas determinações dos objetos e como se particularizam em diferentes contextos sócio-históricos, destacando, também, processos referentes à violação de direitos e formas de resistência e de lutas;





- Realizar eventos e atividades que oportunizem aprofundamento de temáticas e categorias, conceitos e noções, na perspectiva da teoria social crítica e em consonância com os fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social, tais como:

Meio Ambiente/Sustentabilidade/Insustentabilidade, Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sócio-ambiental, Segregação Social e Espacial; Relação Estado/Sociedade, Governo, Território e Modalidades de Gestão/Políticas Públicas; Classes Sociais/Identidade; Direitos; Democracia/ Participação/ Organização, Mobilização e Processos de Luta/ Partidos Políticos/ Organizações Sindicais e Movimentos Sociais; Violências Urbana e Rural; Políticas urbanas, rurais e ambientais, processos de gestão e de participação social; Trabalho, práticas

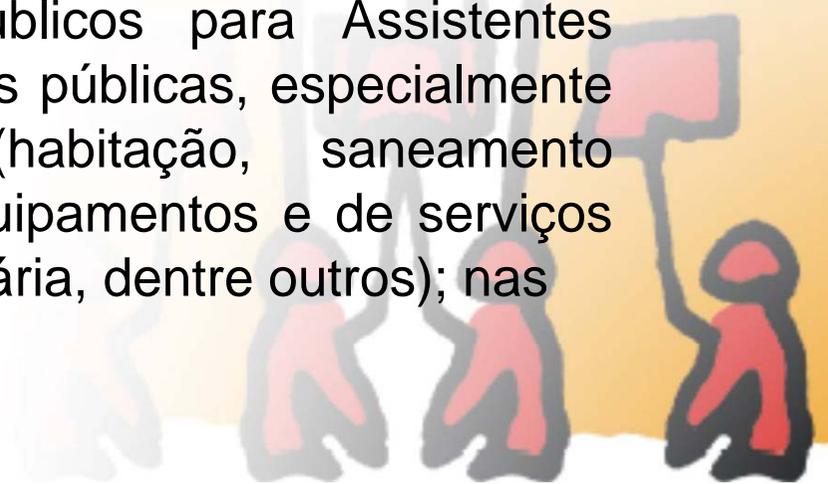




informais, informalidade, precarização, super-exploração, trabalhos aviltantes nos espaços urbanos e rural;

- Realizar atividades de capacitação profissional para apropriação de tecnologias da informação, de meios digitais de produção e de sistematização da informação, de registro e memória, **desvelando suas possibilidades, mas também seus aspectos contraditórios e a dimensão ética de sua utilização**, buscando colocá-las a serviço das lutas coletivas e dos direitos dos usuários;

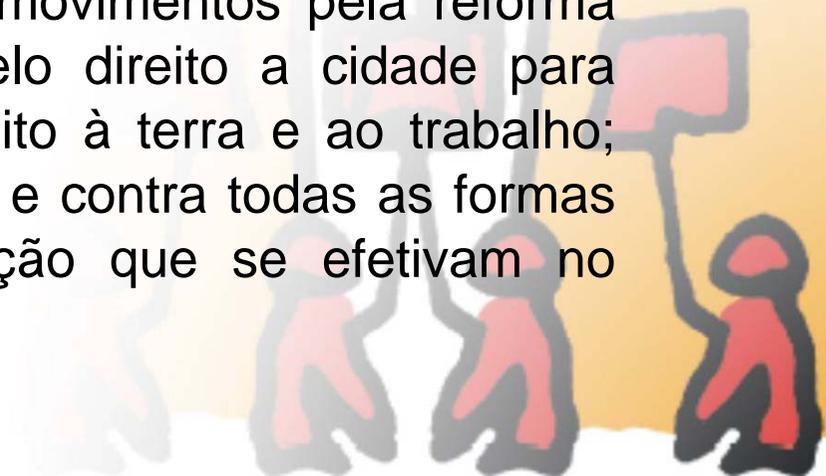
- Lutar por concursos públicos para Assistentes Sociais em todas as políticas públicas, especialmente nas políticas urbanas (habitação, saneamento ambiental, instalação de equipamentos e de serviços públicos, regularização fundiária, dentre outros); nas





políticas rurais (assentamentos, áreas de quilombolas, áreas indígenas, dentre outros) e nas políticas ambientais (atuação em contingências e/ou emergências ambientais, situações de desastres, educação e controle sócio-ambiental, dentre outros) e por condições de trabalho que possibilitem atuação profissional em conformidade com a lei de regulamentação da profissão e com o código de ética do Serviço Social;

- Fortalecer as lutas sociais no campo e na cidade, de mulheres e homens que se organizam de modo coletivo na resistência dos movimentos pela reforma urbana, reforma agrária; pelo direito a cidade para todas as pessoas; pelo direito à terra e ao trabalho; pelo direito à moradia digna e contra todas as formas de opressão e de exploração que se efetivam no campo e na cidade;





-Lutar pela ampla participação dos usuários nos processos de planejamento, implementação e controle social nas políticas públicas (urbanas, rurais e ambientais);

- Aprofundar debate e reflexão crítica com os/as Assistentes Sociais implicados no desenvolvimento de políticas públicas urbanas, rurais e ambientais, com enfoque nas mediações necessárias à intervenção profissional, em consonância com as orientações do Projeto Ético-Político, na defesa intransigente dos direitos humanos e no reforço às lutas sociais;





-Considerar a histórica relação ora de ausência do Estado nas respostas às expressões da questão social nas áreas urbana, rural, e ambiental, ora de uma presença autoritária dirigida pelos interesses da acumulação; da especulação imobiliária; da garantia da propriedade da terra para os segmentos dominantes em detrimento do atendimento das necessidades humanas e das reivindicações das classes trabalhadora;

- Desenvolver campanha contra toda forma de expulsão violenta de trabalhadores/as que residem em cidades e/ou no meio rural de suas áreas de moradia e de trabalho por meio de intervenções públicas ou privadas, que afetem os direitos humanos.





Sessão Temática:

Raça, etnia, gênero e orientação sexual

Assessores/as Temáticos/as:

Guilherme Silva de Almeida, Marlise Vinagre e Roseli da Fonseca Rocha

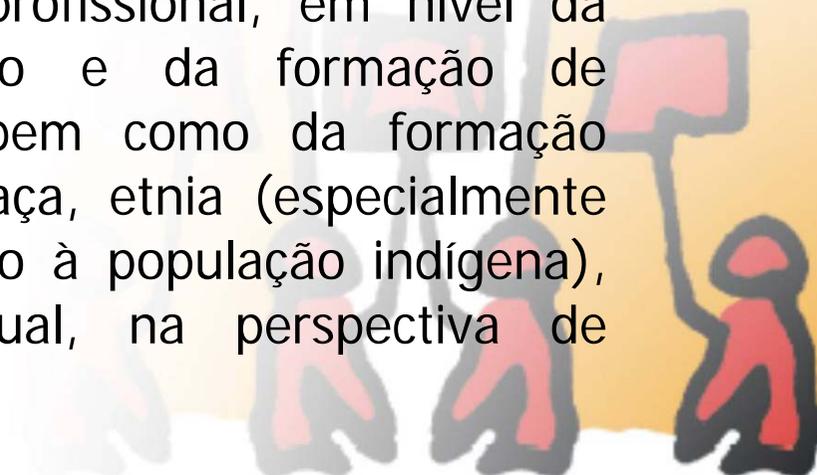
Trabalhos apresentados: 46





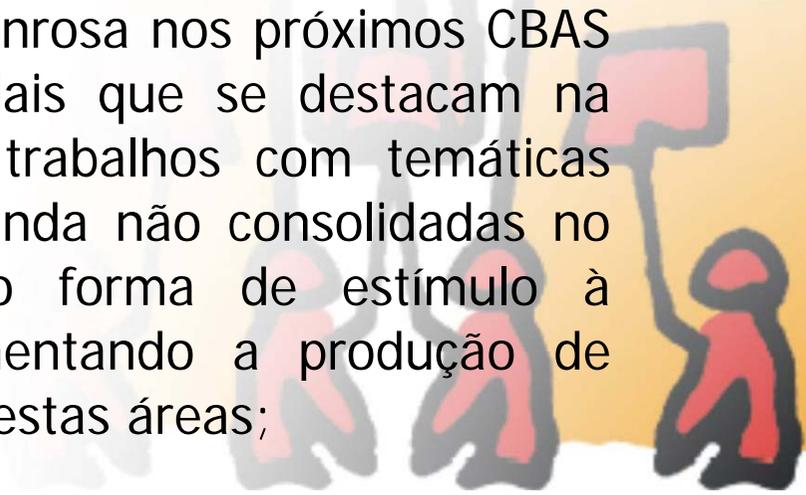
Agenda:

- Defender raça, etnia, gênero e diversidade sexual como fundantes das assimetrias sociais vigentes na sociabilidade burguesa e expressões da questão social;
- Defender raça, etnia, gênero e diversidade sexual como matéria-prima do trabalho profissional;
- Inserir e consolidar as temáticas étnico-raciais, de gênero e de diversidade sexual como disciplinas e eixos transversais nas grades curriculares de serviço social, constituindo conteúdos oferecidos preferencialmente no período anterior à inserção dos(as) alunos(as) nos campos de estágio;
- Investir na qualificação profissional, em nível da produção de conhecimento e da formação de graduação/pós-graduação, bem como da formação continuada, nas áreas de raça, etnia (especialmente no tocante ao trabalho junto à população indígena), gênero e diversidade sexual, na perspectiva de totalidade;



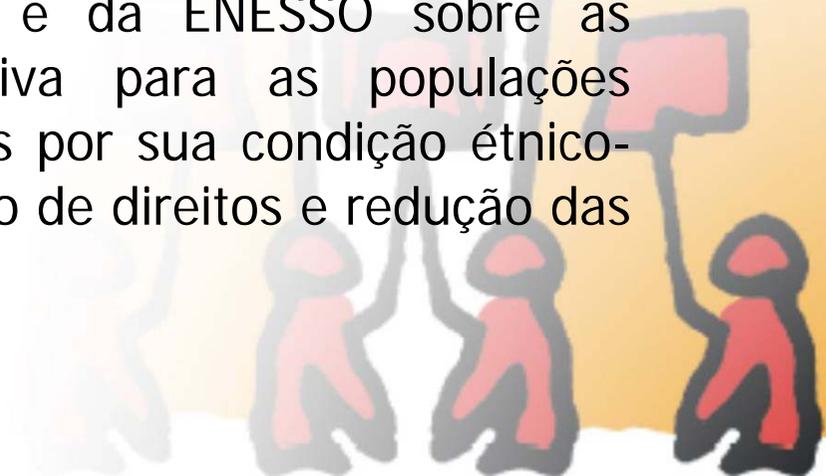


- Garantir no próximo CBAS (XIV), além da sessão temática “raça, etnia, gênero e orientação sexual”, uma mesa central sobre “heterossexismo e homofobia na sociedade capitalista: mediações para a superação dos preconceitos e das discriminações no âmbito da atuação do Serviço Social”;
- Criar um espaço que funcione como um cinema com temáticas relacionadas à raça, etnia, gênero e diversidade sexual (documentários, preferencialmente curtas metragens) nos próximos CBAS, com debates posteriores às projeções;
- Criar prêmio de menção honrosa nos próximos CBAS destinado a assistentes sociais que se destacam na discussão e proposição de trabalhos com temáticas emergentes e inovadoras, ainda não consolidadas no âmbito da profissão, como forma de estímulo à criatividade e ousadia, fomentando a produção de conhecimento e publicação nestas áreas;





- Promover a articulação com os movimentos sociais emancipatórios da luta geral dos trabalhadores, bem como com as lutas anti-racistas, anti-sexistas e anti-homofóbicas, fortalecendo também as iniciativas como as campanhas e ações já desenvolvidas pelo conjunto CFESS/CRESS;
- Tirar posição em relação à legalização do aborto e à criminalização da homofobia no próximo encontro nacional CFESS/CRESS;
- Aprofundar o debate junto aos fóruns do conjunto CFESS/CRESS, da ABEPSS e da ENESSO sobre as políticas de ação afirmativa para as populações historicamente discriminadas por sua condição étnico-racial com vistas à efetivação de direitos e redução das desigualdades.





Sessão Temática:

Seguridade Social: concepção e financiamento

Assessores/as Temáticos/as:

Maria Lúcia Lopes da Silva

Maria Valéria Costa Correia

Sandra Oliveira Teixeira

Trabalhos apresentados: 18





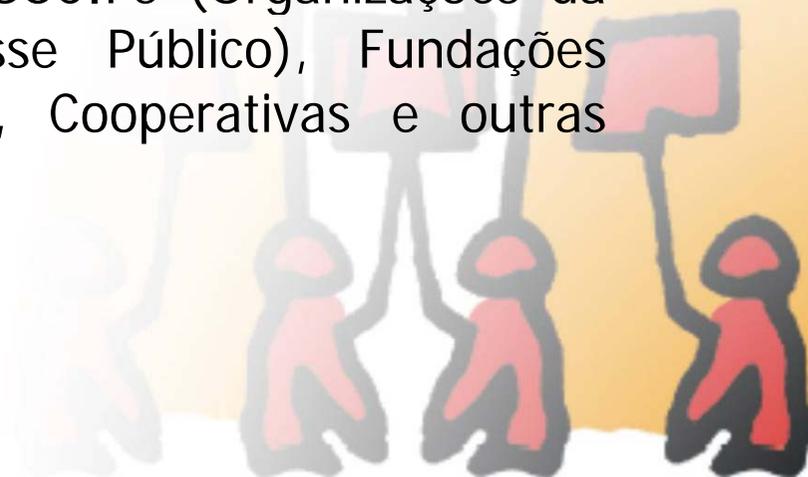
Agenda:

- Defesa intransigente das políticas públicas como direitos sociais;
- Universalização da seguridade social;
- Defesa intransigente do orçamento da seguridade social com base diversificada de financiamento;
- Defesa da reforma tributária justa e democrática, que priorize a progressividade dos impostos;
- Defesa da participação e controle democrático no orçamento público;
- Ampliação do controle democrático na previdência social;





- Incorporação da concepção de seguridade social vigente no Brasil nos acordos internacionais no MERCOSUL para viabilização de direitos;
- Assegurar recursos para o financiamento de concursos públicos na seguridade social nas 3 esferas de governo;
- Destinação de percentual de recursos do pré-sal para financiamento da seguridade social;
- Luta contra a privatização das políticas sociais e precarização do trabalho mediante o redirecionamento do fundo público e cessão do patrimônio e servidores para Organizações Sociais, OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), Fundações Estatais de Direito Privado, Cooperativas e outras formas de gestão privada;



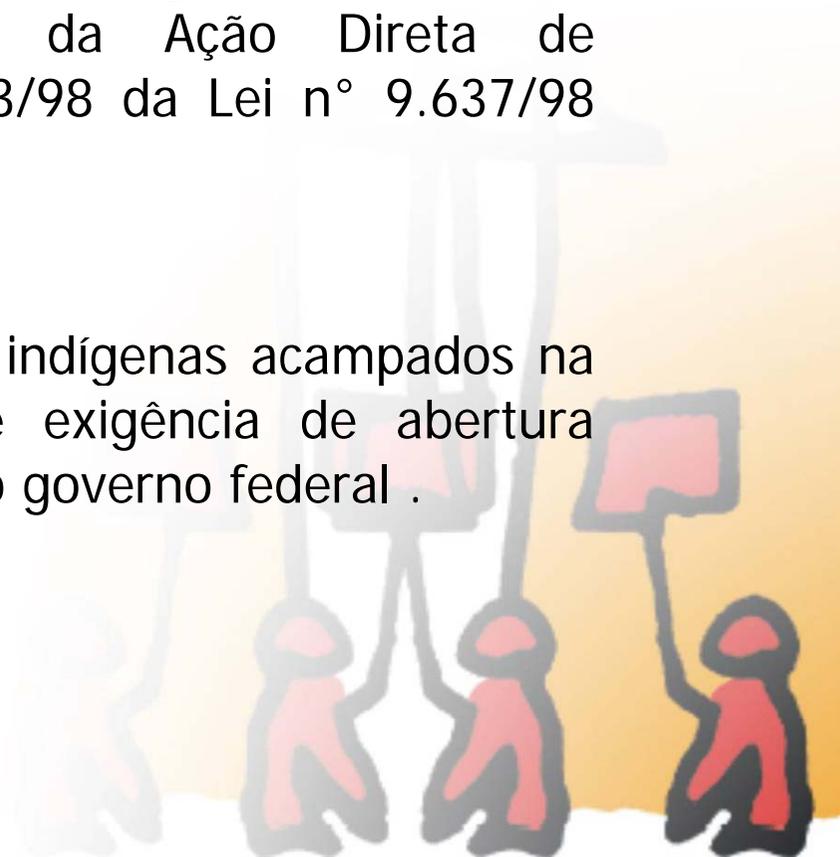


Recomendações:

- Fortalecimento da temática de financiamento no processo de formação e capacitação profissional;
- Apoio e incentivo à assinatura do abaixo-assinado e carta on-line da Frente contra as Organizações Sociais (OS) e pela procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1923/98 da Lei nº 9.637/98 que institui as OS;

Moção

- Moção de apoio à luta dos indígenas acampados na Esplanada dos Ministérios e exigência de abertura imediata de negociação com o governo federal .





Sessão Temática:

Seguridade social – controle social e sujeitos políticos

Assessores/as Temáticos/as:

Raquel Raichelis e Maria do Socorro R. Cabral

Trabalhos apresentados: 34





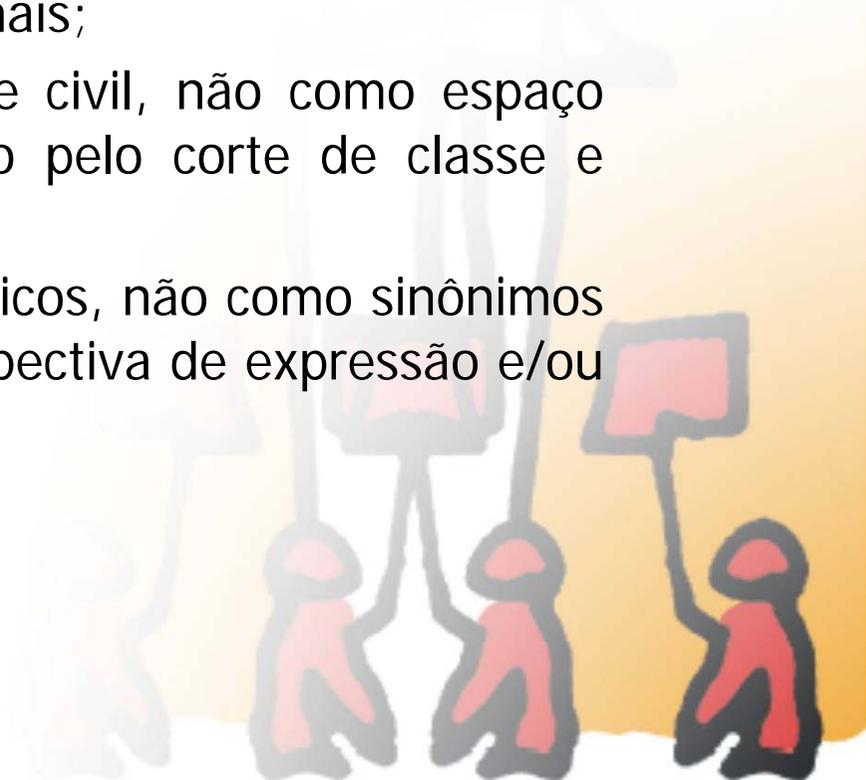
- Romper com a concepção restrita da Seguridade Social, retomando o proposto na carta de Maceió;

- Ampliar o debate e aprofundar a análise de algumas categorias centrais, tais como:

a. A noção de controle social, não reduzidas aos conselhos e conferências, articulando os espaços institucionais e não institucionais;

b. A concepção de sociedade civil, não como espaço homogêneo, mas permeado pelo corte de classe e pela disputa de hegemonia;

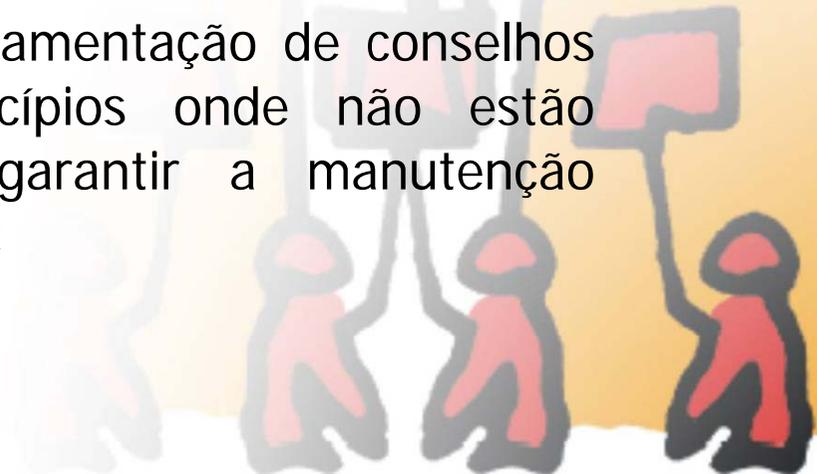
c. O conceito de sujeitos políticos, não como sinônimos de usuários, mas numa perspectiva de expressão e/ou organização coletiva.





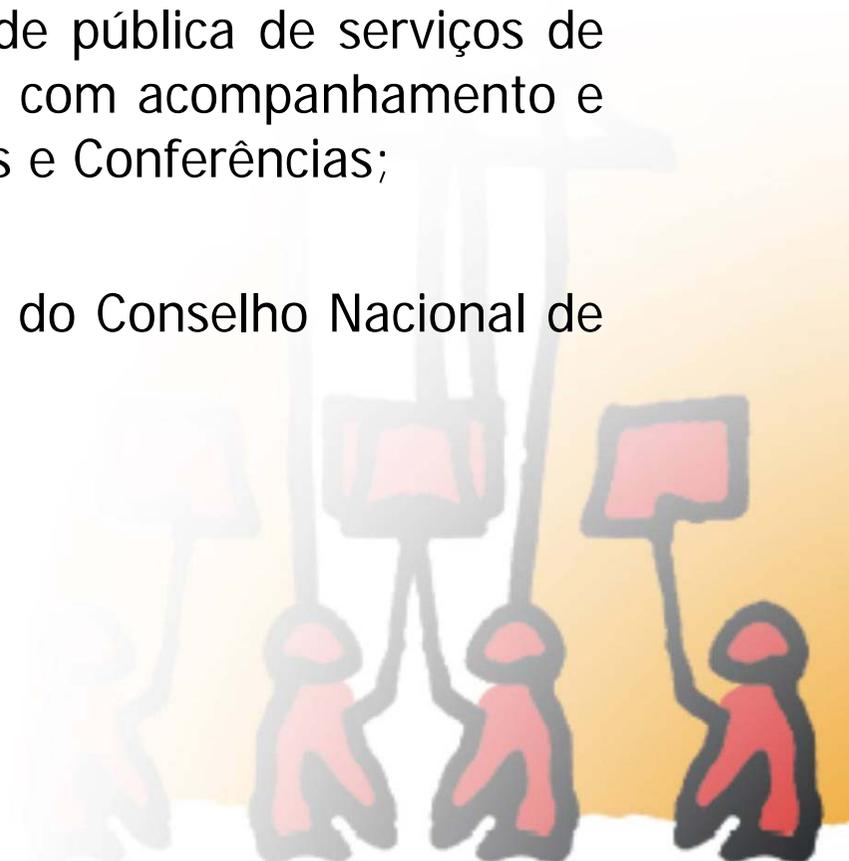
-Avançar na perspectiva do controle social considerando as diferenças de natureza dos conselhos entre as políticas de seguridade social, em relação à natureza deliberativa, a composição paritária e a representatividade:

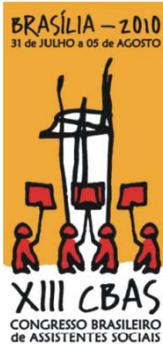
- a. na assistência social, criar os conselhos locais de gestão nas unidades de serviços (CRAS e CREAS), garantindo a maior participação dos usuários;
- b. na previdência social, lutar pela paridade entre os segmentos, natureza deliberativa e estabelecimento de conferências nos três níveis;
- c. na saúde: lutar pela regulamentação de conselhos gestores locais em municípios onde não estão regularizados, bem como garantir a manutenção daqueles conselhos já criados;





- Abrir o debate sobre a participação dos assistentes sociais nas Ouvidorias, que reduzem o controle social coletivo a uma perspectiva de “queixa individualizada”;
- Lutar pela ampliação da rede pública de serviços de saúde e de assistência social, com acompanhamento e monitoramento dos Conselhos e Conferências;
- Lutar pelo restabelecimento do Conselho Nacional de Seguridade Social;





- Quanto ao papel dos assistentes sociais no controle social:

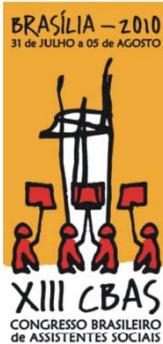
a. fortalecer seu papel na assessoria dos conselhos e conferências;

b. ampliar sua contribuição no trabalho de mobilização política e articulação dos movimentos na relação com os conselhos;

c. colaborar para um balanço dos resultados das capacitações de conselheiros, repensando seus modelos e propostas pedagógicas no sentido de maior apropriação e participação dos conselheiros neste processo;

d. aprofundar o debate sobre as diferentes representações assumidas pelos assistentes sociais nos conselhos.





- Estimular a contribuição da universidade na realização de pesquisas, projetos de extensão, estudos e assessorias aos conselhos e aos projetos de capacitação;

-Fortalecer o protagonismo dos usuários no conselho redefinindo a dinâmica do seu funcionamento no sentido de visualizar a sua participação (adequar horários, garantir recursos materiais, etc.);

- Ampliar os fóruns inter políticas públicas com o objetivo de fortalecer a articulação entre movimentos e organizações populares e sua intervenção política nos conselhos e conferências.





Sessão Temática:

Seguridade Social – Formulação e Implementação

Assessores/as Temáticos/as:

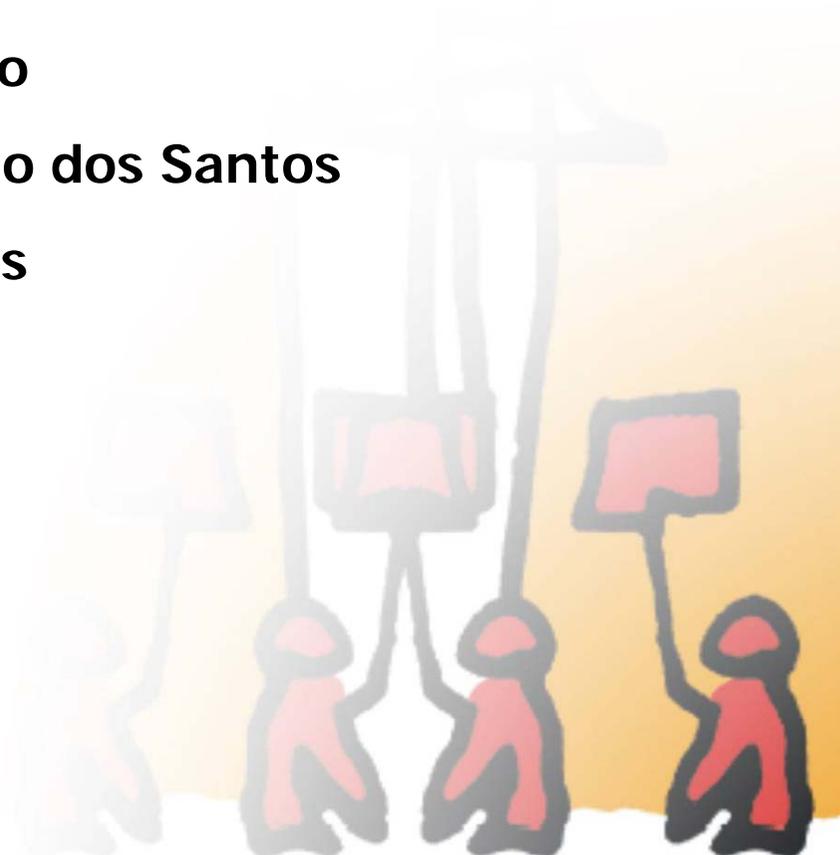
Ana Inês Simões C. de Melo

Francine Helfreich Coutinho dos Santos

Jussara Maria Rosa Mendes

Marinete Cordeiro Moreira

Trabalhos apresentados: 74





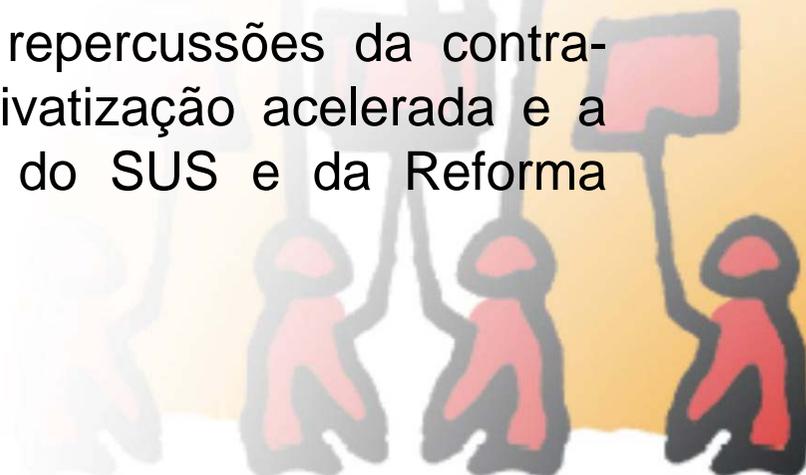
Agenda:

- Defesa e fortalecimento das políticas e direitos sociais da população usuária, considerando:

a. na Assistência Social, com a compreensão que seu alcance se dará, necessariamente, com o fortalecimento de todas as demais políticas sociais, tendo o Estado a primazia de sua condução;

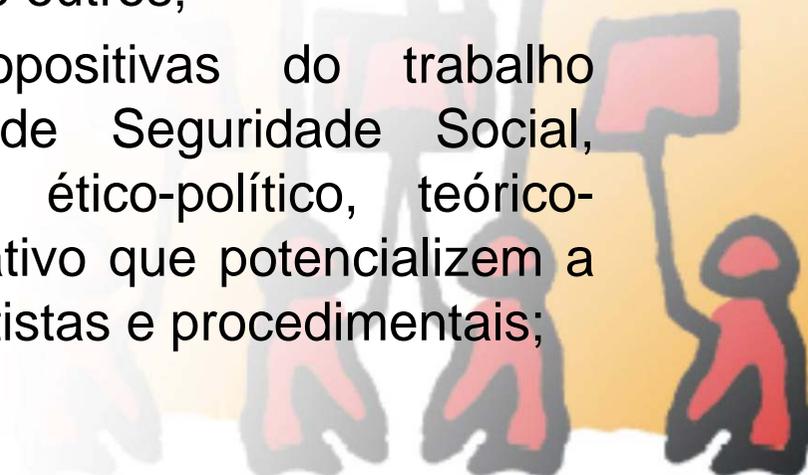
b. na Previdência Social, a luta pela não responsabilização do trabalhador por sua proteção, pela superação da lógica do seguro e pelo fim do Fator Previdenciário;

c. na Saúde, o repúdio às repercussões da contra-reforma, à sua crescente privatização acelerada e a desfiguração dos princípios do SUS e da Reforma Sanitária;



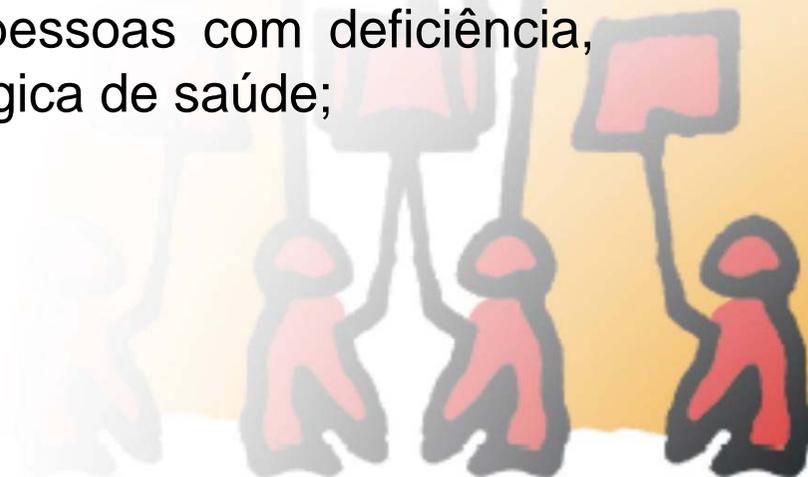


- Defesa da efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como eixo fundamental para a consolidação da política de assistência social como política de Estado (PL SUAS);
- Incentivo a discussões e análises, pelos diferentes atores (profissionais, pesquisadores, gestores, entre outros) sobre a Seguridade Social, considerando a totalidade, a historicidade e as relações sociais presentes na sociedade brasileira, problematizando concepções, conceitos e diretrizes, tais como pobreza, vulnerabilidade social, risco social, matricialidade sócio-familiar, território, dentre outros;
- Adoção de ações propositivas do trabalho profissional nas políticas de Seguridade Social, fundamentadas nos eixos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo que potencializem a superação de práticas imediatistas e procedimentais;





- Consolidação da política de recursos humanos, na Seguridade Social, com concurso público para todos os profissionais com quadro quantitativo adequado, capacitação continuada e condições de trabalho;
- Defesa do Benefício Assistencial da Política de Assistência Social (BPC) como importante direito constitucional, com ênfase nas lutas:
 - a. pela ampliação da renda per capita dos membros familiares, considerada para o acesso ao benefício;
 - b. pela valorização da dimensão social no processo avaliativo da incapacidade para o trabalho e para a vida independente para as pessoas com deficiência, superando a concepção biológica de saúde;





- Mobilização da categoria para adesão dos assistentes sociais na luta contra as fundações/organizações sociais nas políticas sociais;
- Apoio à ação política dos assistentes sociais na interação com as organizações representativas dos trabalhadores, fortalecendo o controle social, a luta pelo trabalho e aos demais direitos sociais;
- Aprofundamento dos debates e da produção de conhecimentos sobre a inserção do Serviço Social no campo da Saúde do Trabalhador e contribuir com sua efetivação como política pública;
- Concretização dos benefícios eventuais, previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na ótica dos direitos.

